



**INSTITUTO POLITÉCNICO** Escola Superior Agrária  
**DE BRAGANÇA**

## **Gabinetes Técnico Florestais e Gestão de recursos da Floresta: oito anos de actividade em São Pedro do Sul**

**Mónica Catarina Fernandes de Almeida**

Dissertação apresentada à Escola Superior Agrária de Bragança  
Para a obtenção do Grau de Mestre em Gestão de Recursos  
Florestais

Orientado por  
**Professora Doutora Ana Maria Pinto Carvalho**

**Bragança**  
**2012**

# **Gabinetes Técnicos Florestais e Gestão de Recursos da Floresta:8 anos de atividade em São Pedro do Sul**

**Nome:** Mónica Catarina Fernandes de Almeida

**Orientador:** Ana Maria Pinto Carvalho, Escola Superior Agrária - Instituto Politécnico de Bragança

## **Agradecimentos:**

Ao terminar mais uma etapa da minha vida académica quero agradecer aqueles que de alguma forma contribuíram para a sua realização:

- À minha orientadora científica, Professora Doutor Ana Maria Pinto Carvalho, pelas sugestões, esclarecimentos, capacidade de me motivar, empenho no trabalho e exemplo de profissionalismo.
- Ao Prof. Amílcar Teixeira Presidente da Comissão Científica do Mestrado em Gestão de Recursos Florestais, por todo o apoio e incentivo para concluir a etapa final.
- Aos dezanove Presidentes da Junta de Freguesia do concelho de São Pedro do Sul que amavelmente efetuaram o inquérito.
- Ao Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, Dr. António Carlos Figueiredo, por me permitir realizar este trabalho.
- À minha família, simplesmente por existirem.

**Aos meus filhos Maria Beatriz e Miguel Tomé!**

## INDICE GERAL

|  |    |
|--|----|
| INTRODUÇÃO .....   | 1  |
| CAPITULO 1 – ENQUADRAMENTO DOS GABINETES TÉCNICOS FLORESTAIS .....   | 4  |
| 1.1 - Criação dos Gabinetes Técnicos Florestais, atribuições e competências.....   | 4  |
| 1.2 – Organização e financiamento do GTF de São Pedro do Sul.....  | 5  |
| CAPITULO 2 – CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE SÃO PEDRO DO SUL E GESTÃO<br>DOS RECURSOS DA FLORESTA .....                             | 10 |
| 2.1 - Localização geográfica .....   | 10 |
| 2.2 - Caraterização fisiográfica .....   | 12 |
| 2.2.1 - Declives .....   | 12 |
| 2.2.2 - Exposição.....   | 13 |
| 2.2.3 - Hidrografia.....   | 13 |
| 2.2.4 - Caracterização climática .....   | 14 |
| 2.3 - Caraterização demográfica .....  | 16 |
| 2.3.1 - População residente por freguesia (1991/2001/2011) .....   | 17 |
| 2.3.2 - População por sector de atividade .....  | 18 |
| 2.4 - Uso do solo e regimes especiais .....  | 18 |
| 2.4.1 – Espaços florestais.....  | 20 |
| 2.4.2 - Rede natura 2000 e regime florestal .....  | 22 |
| 2.4.3 – Zonas de recreio, caça e pesca .....   | 24 |
| 2.5 Caracterização dos incêndios florestais .....  | 25 |
| 2.6 - Gestão de recursos da floresta .....   | 27 |
| CAPITULO 3 - POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E OS GABINETES<br>TÉCNICOS FLORESTAIS: O caso do GTF de São Pedro do Sul ..... | 32 |
| 3.1 - Legislação de Defesa da Floresta Contra Incêndios e Comissões Municipais de Defesa da<br>Floresta Contra Incêndios .....     | 32 |
| 3.1.1 - Defesa da floresta contra incêndios .....  | 32 |
| 3.1.2 - Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios .....  | 33 |

|   |    |
|---|----|
| 3.2 - O papel dos Gabinetes Técnicos Florestais no desenvolvimento florestal local: o caso do GTF de São Pedro do Sul ..... | 34 |
| 3.2.1 – 1º Eixo Estratégico: Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais .....                            | 34 |
| 3.2.2 - 2º Eixo Estratégico: Redução da incidência dos incêndios.....   | 39 |
| 3.2.3 – 3º Eixo estratégico: Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios.....                                  | 46 |
| 3.2.4 – 4º Eixo Estratégico: recuperar e reabilitar os ecossistemas .....   | 48 |
| 3.2.5 – 5º Eixo Estratégico: Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz .....                                   | 49 |
| CAPITULO 4 – CONCRETIZAÇÃO DAS TAREFAS DO GTF DE SÃO PEDRO DO SUL:<br>INQUÉRITO AOS PRESIDENTES DE JUNTA.....               | 51 |
| 4.1 Avaliação das tarefas operacionais .....  | 51 |
| 4.2 Avaliação das tarefas de planeamento, gestão e controlo .....   | 53 |
| 4.3 Tarefas de formação e sensibilização.....   | 55 |
| 4.4 Análise global dos resultados das entrevistas .....   | 56 |
| CONCLUSÃO .....   | 59 |
| BIBLIOGRAFIA .....  | 61 |
| ANEXOS .....  | 64 |

## ÍNDICE DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 1- Fachada do edifício onde se localizam os serviços do GTF (Almeida, M.; 2012).....  | 6  |
| Figura 2 – Serviço administrativo do GTF/atendimento (Almeida, M.; 2012).....  | 7  |
| Figura 3 – Sala de reuniões/gabinete da técnica (Almeida, M.; 2012) .....  | 8  |
| Figura 4 – Localização geográfica do concelho de São Pedro do Sul (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de São Pedro do Sul, GTF, 2012) .....          | 10 |
| Figura 5 - Mapa hidrográfico (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, GTF, 2012) .....   | 13 |
| Figura 6 - Valores Mensais da Temperatura (Instituto de Meteorologia, 2009).....   | 14 |
| Figura 7 – Humidade Relativa Mensal (Instituto de Meteorologia, 2009) .....  | 15 |
| Figura 8 – Precipitação (Instituto de Meteorologia, 2009) .....  | 16 |
| Figura 9 - Mapa dos povoamentos florestais do concelho (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, GTF, 2012) .....   | 20 |
| Figura 10 - Mapa da rede natura 2000 e regime florestal (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de São Pedro do Sul, GTF, 2012).....                     | 22 |
| Figura 11 - Mapa das zonas de recreio, caça e pesca (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de São Pedro do Sul, GTF, 2012).....                         | 24 |
| Figura 12 - Mapa das áreas ardidadas do concelho de 2000 a 2011 (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de São Pedro do Sul, GTF, 2012) .....            | 26 |
| Figura 13 - Mapa de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de São Pedro do Sul, GTF, 2012) ..... | 28 |
| Figura 14 - Mapa da rede viária florestal (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de São Pedro do Sul, GTF, 2012) .....                                  | 35 |
| Figura 15 - Mapa de pontos de água do concelho (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de São Pedro do Sul, GTF, 2012).....                              | 36 |
| Figura 16 - Fogo controlado na parcela de Sá, freguesia de Carvalhais (Almeida, M.; 2007) .....  | 37 |
| Figura 17 - Trabalhos no troço da rede primária: Landeira a Arada (Almeida, M.; 2007).....   | 38 |
| Figura 18- Placa de risco de incêndio florestal na freguesia de São Martinho da Moitas (Almeida, M.; 2012) .....   | 39 |
| Figura 19 - Ação de sensibilização para bombeiros e sapadores florestais em Santa Cruz da Trapa (Almeida, M.; 2011) .....  | 40 |

|   |    |
|---|----|
| Figura 20 - Semana da Floresta, jogos de seniores, Lenteiro do rio, São Pedro do Sul (Almeida, M.; 2012).....               | 42 |
| Figura 21 - Esclarecimento sobre o património natural antes de iniciar a caminhada – Covas do Rio (Almeida, M.; 2012) ..... | 43 |
| Figura 22 – Exposição do Ano Internacional das Floresta na Escola EB 2, 3 de São Pedro do Sul (Almeida, M.; 2011) .....     | 44 |
| Figura 23 - Grupo de alunos, voluntários e organização no Baldio da Cárcoda (Almeida, M.; 2012).44                          |    |
| Figura 24 - Fiscalização municipal de prevenção na Freguesia de Baiões (Almeida, M.; 2012) .....                            | 45 |
| Figura 25 - Mapa de vigilância e deteção (Plano Operacional Municipal, GTF, 2011) .....                                     | 46 |
| Figura 26 - Jovens Voluntárias para a Floresta na freguesia de Vila Maior (Almeida, M.; 2010) .....                         | 47 |
| Figura 27 - Parcelas em estudo na Serra da Arada – Bioparque (Almeida, M.; 2012).....                                       | 48 |
| Figura 28 - Concretização das tarefas operacionais.....   | 51 |
| Figura 29 – Concretização das tarefas de planeamento, gestão e controlo .....   | 53 |
| Figura 30 - Concretização das tarefas de formação e sensibilização .....  | 55 |
| Figura 31 – Análise por tarefa da mais e menos realizada.....   | 57 |

## INDÍCE DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1 – Número de processos (FGC) e outros pareceres por ano (GTF, 2012).....   | 8  |
| Quadro 2 – Freguesias do concelho e respetivas áreas (Gabinete de Revisão do PDM, CMSPS, 2009)<br>.....  | 11 |
| Quadro 3 - População residente por freguesia (INE dados preliminares de 2011) .....  | 17 |
| Quadro 4 - Uso do solo e regimes especiais (PDM, 2009) .....   | 19 |
| Quadro 5 - Características dos povoamentos florestais (Gabinete de Revisão do PDM, CMSPS, 2009)<br>.....                                       | 21 |
| Quadro 6 - Número de ocorrências e área ardida nos últimos 6 anos (GNR - SEPNA, 2012).....   | 26 |
| Quadro 7 - Identificação do número de reacendimentos, por ano desde 2002 (GNR - SEPNA, 2012)   | 27 |
| Quadro 8 - Áreas das FGC da rede secundária e respetivo orçamento (Plano Municipal de Defesa da<br>Floresta Contra Incêndios, GTF, 2012) ..... | 29 |

## INDICE DE ANEXOS

|   |     |
|---|-----|
| Anexo 1 – Caraterização dos pontos de água do concelho .....                | i   |
| Anexo 2 – Cartaz de divulgação da Semana da Floresta/2012 .....             | v   |
| Anexo 3 – Cartaz da de divulgação do Dia da Floresta Autóctone.....         | vii |
| Anexo 4 – Cartaz de divulgação de percurso pedestre .....                   | ix  |
| Anexo 5 - Inquérito realizado aos Presidentes das Juntas de Freguesia ..... | xi  |

## **INDICE DE ABREVIATURAS**

AFN -Autoridade Florestal Nacional

ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil

APIF – Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais

CDFCI – Comissão Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios

CMDFCI – Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

DFCI – Defesa da Floresta Contra Incêndios

DGRF – Direção Geral de Recursos Florestais

DOSU – Divisão de Obras e Serviços Urbanos

EDP - Energias de Portugal – SA

FAO - Food and Agriculture Organization

FFP – Fundo Florestal Permanente

FGC - Faixas de Gestão de Combustíveis

GTF – Gabinete Técnico Florestal

INE – Instituto Nacional de Estatística

NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais

PA - Ponto de Água

PDFCI - Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PDM – Plano Diretor Municipal

PFC - Plano de Fogo Controlado

PJ – Presidente da Junta

PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

POM – Plano Operacional Municipal

RVF – Rede Viária Florestal

SIG – Sistemas de Informação Geográfica

ZCA – Zona de Caça Associativa

ZCM – Zona de Caça Municipal

## **RESUMO**

Este trabalho insere-se no âmbito do Mestrado em Gestão de Recursos Florestais e permite dar cumprimento à etapa final do plano de estudos, o trabalho de projeto.

O seu objetivo geral é dar a conhecer as ações desenvolvidas pelo Gabinete Técnico Florestal do concelho de São Pedro do Sul, distrito de Viseu, em termos de gestão de recursos florestais desde a criação dos GTF em dois mil e quatro. A abordagem tem em conta as atividades registadas e realizadas ao longo de oito anos, recorrendo aos respetivos relatórios de atividades e aos resultados de um inquérito, expressamente elaborado para o efeito e dirigido aos dezanove presidentes de junta das freguesias do concelho.

A análise das atividades desenvolvidas e os resultados da inquirição sugerem que:

- O trabalho do GTF de São Pedro do Sul tem visibilidade e efeitos no território;
- As populações do concelho estão mais sensibilizadas para as regras de defesa da floresta contra incêndios;
- É necessária uma política de continuidade para a valorização dos espaços florestais, através de ações de prevenção estrutural, nomeadamente a realização das faixas de gestão de combustíveis, pontos de água e rede viária florestal.

Palavras-chave: Gabinetes Técnicos Florestais, Gestão de Recursos Florestais, São Pedro do Sul

## **ABSTRACT**

This work meets the two-year curriculum of the Master of Science in Forest Resources Management and fulfills the final stage of such curriculum.

The main goal is to describe and analyze forest resources management activities developed for eight years by the offices of Forestry Technical Services (GTF) in S. Pedro do Sul, Viseu, Portugal. Our approach focus on the official technical reports which document all occurrences and programs carried out, as well as management tasks. Moreover we made an inquiry to 19 managers in order to get information about the level of effectiveness of different measures and the adjustment of the different programs and activities.

The analysis of the technical reports and the outcomes of the inquiry suggest that:

- All the work carried out by the GTF has local and regional visibility and affects the territory, particularly increasing resilience to fire;
- People, in general, are aware of the rules of defense against forest fires and changes in behavior were reported;
- At a regional level, there is a better articulation of the resources, resulting in a faster first intervention.
- Follow up policies are needed to valorize woodlands through structural preventive actions.

Keywords: Forestry Technical Services, Forest Resources Management, São Pedro do Sul

## **INTRODUÇÃO**

### Enquadramento

Os Gabinetes Técnicos Florestais (GTF) foram criados em dois mil e quatro, no âmbito do sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios que prevê um conjunto de medidas e ações de articulação institucional, de planeamento e de intervenção relativas à prevenção e proteção das florestas contra incêndios, nas vertentes da compatibilização de instrumentos de ordenamento, de sensibilização, planeamento, conservação e ordenamento do território florestal.

As atividades de prevenção estrutural realizadas pelo GTF de São Pedro do Sul conduziram não só a um aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, mas também a uma mudança no comportamento da população, adotando uma atitude mais responsável e de maior respeito pelos espaços florestais.

Importa assim analisar todas as atividades desenvolvidas pelo GTF de São Pedro do Sul e verificar se os resultados obtidos ao longo de oito anos de funcionamento correspondem aos inicialmente previstos e de que modo os diferentes atores, em particular as juntas de freguesia avaliam o trabalho realizado e a concretização das principais tarefas protocoladas.

### Objetivos

O objetivo central deste trabalho é descrever e analisar as atividades desenvolvidas ao longo dos últimos oito anos de experiência profissional no Gabinete Técnico Florestal de São Pedro do Sul, enquadradas pela Lei nº 14/2004 de oito de Maio e avaliar a importância da existência e funcionamento do GTF na gestão dos recursos florestais do concelho.

Mais especificamente pretende-se conhecer a perceção dos Presidentes de Junta das Freguesias do concelho relativamente às diferentes atividades protocoladas e implementadas pelos GTF e com base nestas perceções identificar prioridades de atuação e algumas medidas de melhoria dos serviços do GTF tendo em conta os vários objetivos e tarefas previstos na lei.

## Metodologia

No sentido de atingir os objetivos propostos, o trabalho realizou-se tendo em conta as seguintes etapas metodológicas:

### 1. Pesquisa da legislação relativa à criação e definição dos Gabinetes Técnico Florestais

A concretização dos objetivos implicou pesquisar a legislação relacionada com a criação, manutenção e funcionamento dos GTF de forma a identificar e sistematizar atribuições e competências. A primeira etapa metodológica correspondeu à consulta das normas legislativas, que conduziram à definição dos GTF.

### 2. Caracterização da área de estudo

Procedeu-se a uma caracterização sintética dos principais aspetos biofísicos, ecológicos, florestais e socioculturais do concelho de São Pedro do Sul, para proporcionar um melhor enquadramento e compreensão das medidas propostas e atividades realizadas no âmbito das funções do GTF. Para o efeito foi consultada bibliografia sobre a região, nomeadamente, os dados disponíveis no INE, o Plano Diretor Municipal do concelho e o Plano Municipal Defesa da Floresta Contra Incêndios.

### 3. Recolha de informação sobre a atividade do Gabinete Técnico Florestal de São Pedro do Sul,

Para a descrição e qualificação do trabalho desenvolvido pelo GTF ao longo de oito anos foi fundamental, consultar e recolher informação relativa às diferentes atividades previstas e às efetivamente realizadas. Para isso recorreu-se ao arquivo dos serviços da Câmara Municipal de São Pedro do Sul. A pesquisa centrou-se na consulta dos relatórios anuais e na análise dos projetos e planos elaborados pela Autoridade Florestal Nacional, nos perímetros florestais do concelho.

### 4. Gestão de recursos florestais e atividade do GTF

Para avaliar as atividades de gestão de recursos florestais levadas a cabo pelo GTF de São Pedro do Sul, ao longo do período em estudo, foi elaborado um guião de inquérito, tendo em conta as competências previstas na lei relacionadas com as tarefas operacionais, as tarefas de planeamento, gestão e controlo e as tarefas de formação e sensibilização. O questionário foi

distribuído e respondido por todos os presidentes de junta das freguesias do concelho, num total de dezanove entrevistados.

Os dados dos inquéritos foram sistematizados por tarefa e tratados no programa Excel. A análise dos resultados permitiu identificar o grau de concretização de cada tarefa e ação, segundo a opinião dos presidentes de junta.

#### 5. Identificação taxas de concretização e medidas de melhoria

Ainda, tendo em conta os inquéritos realizados e a informação recolhida e as respostas obtidas, procurou-se determinar taxas percentuais de realização das tarefas e ações e identificar possíveis medidas de melhoria na gestão e implementação das atividades do GTF.

## **CAPITULO 1 – ENQUADRAMENTO DOS GABINETES TÉCNICOS FLORESTAIS**

### **1.1 - Criação dos Gabinetes Técnicos Florestais, atribuições e competências**

Os Gabinetes Técnico Florestais foram criados em treze de Julho de dois mil e quatro, através de protocolo, estabelecido pela Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e a Associação Nacional de Municípios Portugueses. As competências e atribuições definidas para as atividades a desenvolver, repartem-se por diferentes tipos de tarefas e são em síntese as seguintes:

#### Tarefas de planeamento:

1. Elaboração, execução e atualização do Plano Municipal/Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e dos programas e projetos derivados.
2. Participação nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais do município.
3. Participação nas ações de planeamento de proteção civil.

#### Tarefas operacionais:

1. Acompanhamento dos programas de ação previstos no plano municipal/intermunicipal de defesa da floresta contra incêndios.
2. Centralização da informação relativa aos incêndios florestais (áreas ardidas, pontos de início e causas de incêndio).
3. Relacionamento com as entidades, públicas e privadas, de DFCI (serviços do estado, municípios, organizações de produtores, órgãos de gestão de baldios).
4. Acompanhamento e divulgação diária do Índice de Risco de incêndio.
5. Coadjuvação do Presidente da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) e da Comissão Municipal de Operações Especiais de Protecção Civil (CMOEPC) em reuniões e em situações de emergência, quando relacionados

com incêndios florestais e designadamente na gestão dos meios municipais associados a DFCI e a combate a incêndios florestais.

Tarefas de gestão e controlo:

1. Supervisão e controlo de qualidade das obras municipais subcontratadas no âmbito de defesa da floresta contra incêndios.
2. Elaboração dos relatórios de acompanhamento e dos relatórios finais dos programas de ação previstos no plano municipal de defesa da floresta.
3. Elaboração de informações mensais dos incêndios registados no Município.
4. Elaboração de informações especiais sobre grandes incêndios (maior que cem hectares).
5. Gestão de bases de dados.
6. Construção e gestão de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de DFCI.

Tarefas administrativas:

1. Emissão de propostas e de pareceres no âmbito das medidas e ações de DFCI.
2. Constituição de dossier atualizado com a legislação relevante para o setor florestal.
3. Manutenção de arquivos.

Tarefas de formação e treino:

1. Participação em ações de formação e treino no âmbito da DFCI, designadamente nas promovidas pela Direção Geral dos Recursos Florestais (DGRF) ou por ela divulgadas.

## **1.2 – Organização e financiamento do GTF de São Pedro do Sul**

Em novembro de dois mil e quatro, o Município de São Pedro do Sul celebrou um protocolo com a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais (APIF), para a criação do GTF do concelho de São Pedro do Sul. O GTF foi instalado junto ao Serviço Municipal de Proteção

Civil, no primeiro andar do número sessenta do Largo de São Sebastião, a cinquenta metros do edifício principal da Câmara Municipal, onde permanece até hoje.



**Figura 1- Fachada do edifício onde se localizam os serviços do GTF (Almeida, M.; 2012)**

Para dar cumprimento às diferentes atividades e tarefas previstas no protocolo atrás descrito, foi contratada uma técnica superior na área da engenharia florestal, que passou a contar com o apoio de uma assistente técnica, funcionária administrativa transferida do serviço de contabilidade da câmara municipal.

### Organização

As principais tarefas da técnica do GTF de São Pedro do Sul são as **tarefas de planeamento**, nomeadamente a elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e as suas actualizações, no cumprimento da legislação em vigor e do guia metodológico para a elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta da Autoridade Florestal Nacional.

Relativamente às **tarefas operacionais**, as que se destacam são a centralização da informação relativa aos incêndios florestais, uma vez que anualmente é realizado trabalho de

sistematização da informação das ocorrências, georreferenciação das áreas percorridas por incêndios para disponibilização aos diversos intervenientes de Defesa da Floresta Contra Incêndios e posterior introdução na plataforma oficial da Autoridade Florestal Nacional (<http://fogos.afn.min-agricultura.pt/linksdedef/Linkslis.asp>).

Quanto às **tarefas de gestão e controlo**, o GTF de São Pedro do Sul tem desenvolvido um esforço para construir um Sistema de Informação Geográfica, de âmbito Municipal e com informação válida e actualizada. Evidencia-se também a elaboração de relatórios com a informação sobre grandes incêndios, com o resumo de todos os detalhes para análise pelas diversas entidades de DFCI e melhoria de procedimentos.

As **tarefas administrativas** (Figura 2), mais desenvolvidas diariamente pelo GTF de São Pedro do Sul, ao longo dos oito anos de funcionamento, são os atendimentos à população e a constituição de processos relacionados com competências dos GTF, para dar cumprimento à legislação florestal em vigor, e posterior emissão de pareceres pela técnica. Este serviço prestado aumentou muito ao longo dos anos, como se pode observar no quadro 1.



**Figura 2 – Serviço administrativo do GTF/atendimento (Almeida, M.; 2012)**

Podemos verificar no Quadro 1, que o número total de processos para cumprimento à implementação das Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC) é de seiscentos e trinta e oito, e de

outros pareceres de quarenta e cinco. Estes processos são maioritariamente para cumprimento das FGC, junto a habitações e outros edifícios em espaço rural, ou seja todas as situações previstas no Artigo 15º do Decreto-lei nº 124/2006 com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 17/2009 de catorze de Janeiro.

**Quadro 1 – Número de processos (FGC) e outros pareceres por ano (GTF, 2012)**

| <b>Ano</b>   | <b>Número Processos (FGC)</b> | <b>Outros Pareceres</b> |
|--------------|-------------------------------|-------------------------|
| <b>2004</b>  | 0                             | 0                       |
| <b>2005</b>  | 72                            | 0                       |
| <b>2006</b>  | 82                            | 0                       |
| <b>2007</b>  | 99                            | 0                       |
| <b>2008</b>  | 49                            | 2                       |
| <b>2009</b>  | 41                            | 3                       |
| <b>2010</b>  | 91                            | 11                      |
| <b>2011</b>  | 72                            | 11                      |
| <b>2012</b>  | 132                           | 18                      |
| <b>TOTAL</b> | <b>638</b>                    | <b>45</b>               |

Os outros pareceres, ao abrigo do mesmo diploma legal, são para a realização de queimadas (Artigo 27º), utilização de foguetes e outras formas de uso do fogo (Artigo 29º) e condicionalismos à construção de edifícios (Artigo 16º). O número de pareceres sobre restrição à construção aumentou significativamente em 2012 como podemos ver no Quadro 1, porque desde 2011 estes pareceres passaram a ser solicitados pela Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística.



**Figura 3 – Sala de reuniões/gabinete da técnica (Almeida, M.; 2012)**

O atendimento técnico é realizado de segunda a sexta-feira, sempre que os munícipes se dirigem ao GTF, onde obtêm esclarecimentos sobre processos em andamento nos Serviços Municipais, a legislação florestal em vigor, explicação técnica sobre operações florestais e pareceres técnicos.

A sala de reuniões do GTF (Figura 3) é usada de forma polivalente. Atendimento, gabinete de trabalho da técnica, reuniões parciais de elementos da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente com as três Corporações de Bombeiros, as cinco Equipas de Sapadores Florestais, e de sala de formação para o Programa do Instituto Português da Juventude – Jovens Voluntários para as Florestas, entre outros.

As **tarefas de formação e treino**, da responsabilidade da Direcção Geral dos Recursos Florestais, foram sendo realizadas ao longo dos 8 anos de funcionamento do GTF por técnicos do Serviços da Direcção de Unidade de Defesa da Floresta da AFN e nas quais o GTF de São Pedro do Sul esteve representado.

### Financiamento

À data da assinatura do protocolo entre o Município de São Pedro do Sul e a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais (APIF), foram estabelecidos os termos da transferência de meios financeiros às autarquias, no âmbito das competências em matérias de defesa da floresta contra incêndios, no valor de dois mil euros mensais, através do Fundo Florestal Permanente (FFP), para a comparticipação das despesas de funcionamento do Gabinete Técnico Florestal e os encargos com o pessoal técnico habilitado.

A Lei nº 20/09, de doze de Maio estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta, os termos da substituição dos protocolos de financiamento.

## CAPITULO 2 – CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE SÃO PEDRO DO SUL E GESTÃO DOS RECURSOS DA FLORESTA

### 2.1 - Localização geográfica

O concelho de São Pedro do Sul situa-se na região centro de Portugal, pertence ao distrito de Viseu e faz parte do conjunto de catorze municípios, sub-região Dão – Lafões (NUT III). Pertence à Unidade de Gestão Florestal Dão-Lafões, localizada em Viseu. Tem como concelhos vizinhos a Norte, Arouca e Castro Daire, a Sul, Oliveira de Frades e Vouzela, a Oeste, Vale de Cambra e a Este Viseu. A área total do concelho é de trinta e quatro mil oitocentos e noventa e cinco, oitenta hectares, estando subdividido em dezanove freguesias.

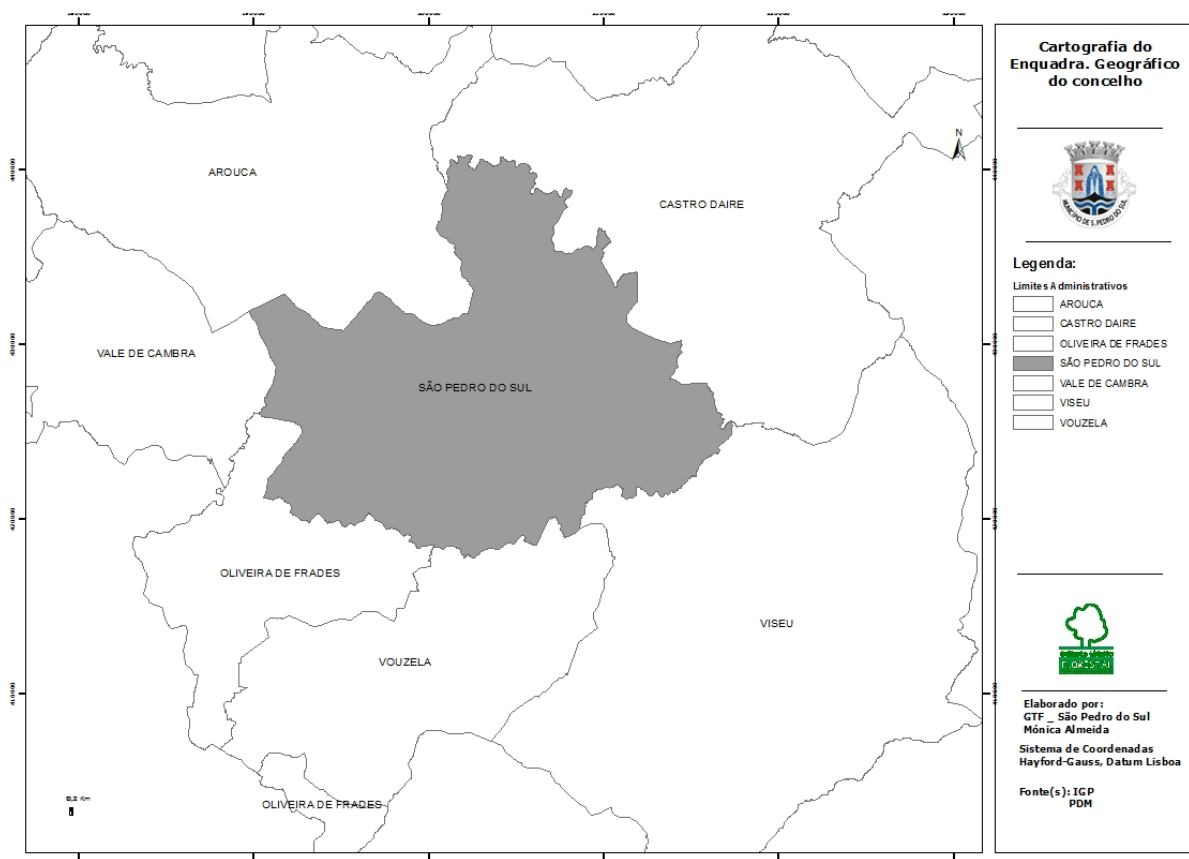


Figura 4 – Localização geográfica do concelho de São Pedro do Sul (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de São Pedro do Sul, GTF, 2012)

O Quadro 2, mostra a área correspondente a cada freguesia do concelho, Sul com cinco mil duzentos e quarenta e um, trinta hectares e Manhouce com quatro mil e quarenta, sessenta hectares ocupam cerca de vinte e cinco por cento da área total do concelho.

**Quadro 2 – Freguesias do concelho e respetivas áreas (Gabinete de Revisão do PDM, CMSPS, 2009)**

| <b>FREGUESIA</b>        | <b>ÁREA (hectares)</b> |
|-------------------------|------------------------|
| Baiões                  | 365.10                 |
| Bordonhos               | 513.5                  |
| Candal                  | 2056.05                |
| Carvalhais              | 2317.21                |
| Covas do Rio            | 2284.01                |
| Figueiredo de Alvas     | 1468.59                |
| Manhouce                | 4040.66                |
| Pindelo dos Milagres    | 2389.75                |
| Pinho                   | 1363.80                |
| Santa Cruz da Trapa     | 2260.22                |
| São Cristóvão de Lafões | 633.61                 |
| São Félix               | 319.38                 |
| São Martinho da Moitas  | 3084.21                |
| São Pedro do Sul        | 1295.00                |
| Serrazes                | 1323.25                |
| Sul                     | 5241.30                |
| Valadares               | 2076.05                |
| Várzea                  | 595.03                 |
| Vila Maior              | 1187.52                |
| <b>TOTAL</b>            | <b>34 895.80</b>       |

Estas freguesias com maiores áreas nomeadamente, Sul, Manhouce e São Martinho das Moitas encontram-se situadas a Norte do concelho, no maciço serrano da Gralheira, que engloba as Serras de São Macário Arada e Gralheira.

## **2.2 - Caracterização fisiográfica**

Relativamente à hipsometria, o concelho de São Pedro do Sul apresenta a sua cota máxima aos mil cento e dezanove metros, na zona Noroeste junto às minas das Chãs (Marco Geodésico) e a mínima nos sessenta metros, na zona onde corre o Rio Vouga, na freguesia de Valadares.

A Noroeste do concelho nas Serras da Gralheira, Arada e São Macário, o relevo é mais acentuado, com grandes extensões de matos constituído por carqueja e tojo, caméfitos da família das Fabaceae e por queirós, arbustos das Ericaceae. Tendo em conta, os declives muito acentuados não existem acessos nem compartimentação deste território. Este conjunto de fatores faz com que o risco de incendio neste espaço seja muito elevado e o combate aos incêndios difícil.

### **2.2.1 - Declives**

A avaliação dos declives é fundamental, para o trabalho dos Gabinetes Técnico Florestais, uma vez que influenciam a velocidade de propagação dos incêndios florestais, consoante a velocidade do vento e o tipo de combustível presente. Um declive acentuado tem tendência a favorecer a propagação do fogo pela aproximação dos combustíveis das chamas, devido ao pré-aquecimento, favorecido pela continuidade vertical dos combustíveis e à presença de ventos fortes ascendentes. As depressões com grandes declives dão origem a ventos ascendentes intensos.

A zona noroeste do concelho apresenta os declives mais acentuados e abrange as freguesias de Manhouce, Candal, Covas do Rio, Sul, e São Martinho das Moitas e parte significativa das freguesias de Valadares e São Cristóvão de Lafões.

O relevo da região Centro e Norte de Portugal, sendo muito acidentado e com declives muito acentuados, facilita a propagação das chamas e dificulta o seu combate. A existência de vales muito encaixados e de reduzida acessibilidade contribuem para um combate difícil e por vezes demasiado tardio dos incêndios.

Os povoamentos instalados em áreas com relevo muito acidentado possuem uma maior continuidade vertical da carga combustível presente na mata, o que, por si só, é também mais um contributo para o agravamento da situação. (Viana et al, 2005)

### 2.2.2 - Exposição

A exposição é um fator que influencia a propagação do incêndio, pois determina as variações do tempo atmosférico durante o dia. À medida que a posição do sol se modifica, varia a temperatura à superfície, assim como a humidade relativa, o conteúdo em humidade dos combustíveis e a velocidade e direção dos ventos locais.

Para uma análise pormenorizada das encostas, foram adaptadas nove classes de exposição. As exposições predominantes no concelho são Sul, seguidas de Oeste. Esta situação é bastante preocupante, uma vez que as vertentes a sul apresentam vegetação que se caracteriza pela abundância de espécies esclerófilas, sendo esta característica favorável à rápida inflamação e como consequência a uma rápida propagação dos incêndios.

### 2.2.3 - Hidrografia

A Figura 5 mostra que o concelho apresenta uma rede considerável de linhas de água permanentes, sendo as principais o Rio Vouga e o Rio Paiva, e três albufeiras, Drizes na freguesia de Várzea, Ribeiradio na Freguesia de Valadares e Ribafeita na Freguesia de Pinho.

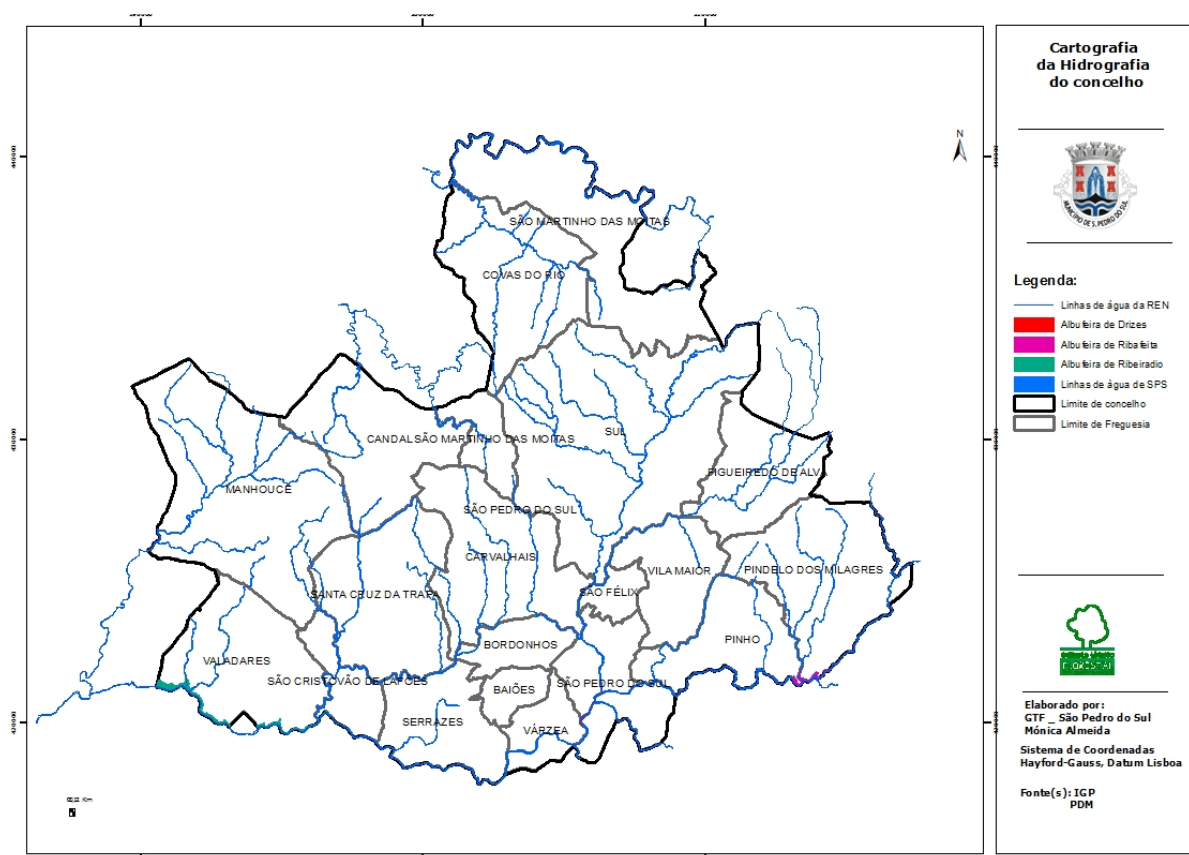


Figura 5 - Mapa hidrográfico (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, GTF, 2012)

A quantidade e qualidade dos recursos hídricos dependem em grande medida do coberto vegetal, particularmente do estrato arbóreo. Os povoamentos florestais, por aumentarem as taxas de infiltração do solo e promoverem o escoamento não torrencial, maximizam o aproveitamento das águas pluviais do solo. Estas funções são particularmente importantes nas zonas de maior altitude das bacias hidrográficas.

#### 2.2.4 - Caracterização climática

Entre os fatores físicos que influenciam a silvicultura, o clima é provavelmente o que mais efeito produz. De certa maneira, o clima determina o tipo de arborização que existe ou possa existir numa dada região. Este pode definir-se como o conjunto das condições meteorológicas vigentes durante um certo intervalo de tempo.

O clima da Região de Lafões, onde se insere o concelho de São Pedro do Sul considera-se inserido na região Atlântica Norte ou setentrional “Beira Alta”, uma região húmida com chuvas moderadas e frequentes, grau de nebulosidade média, inverno frio e verão por vezes quente.

#### Temperatura do Ar

A distribuição da temperatura do ar é principalmente condicionada por fatores fisiográficos (relevo, altitude e exposição), pela natureza do solo e revestimento, proximidade de grandes superfícies de água e pelo regime de ventos.

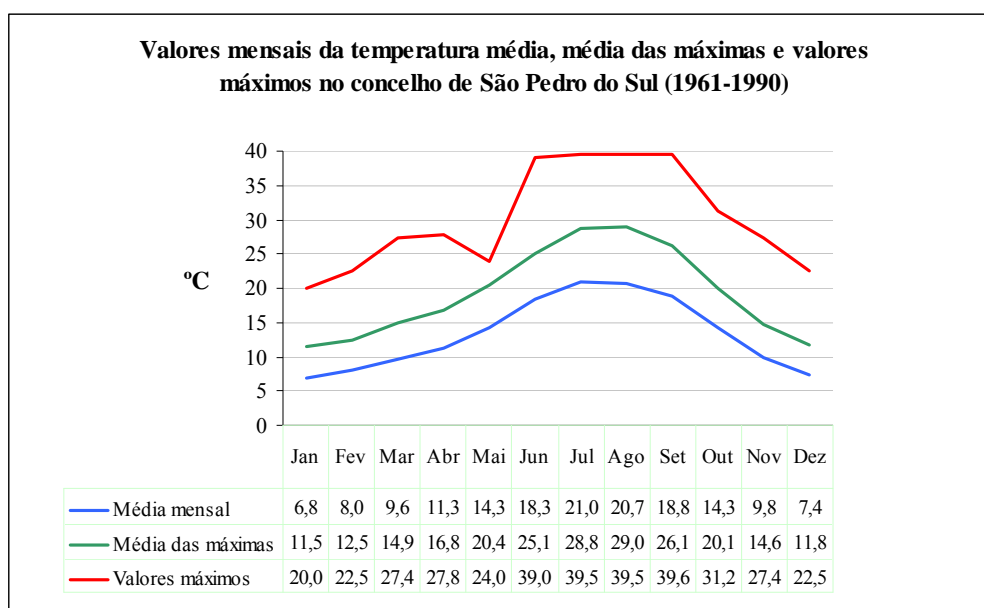


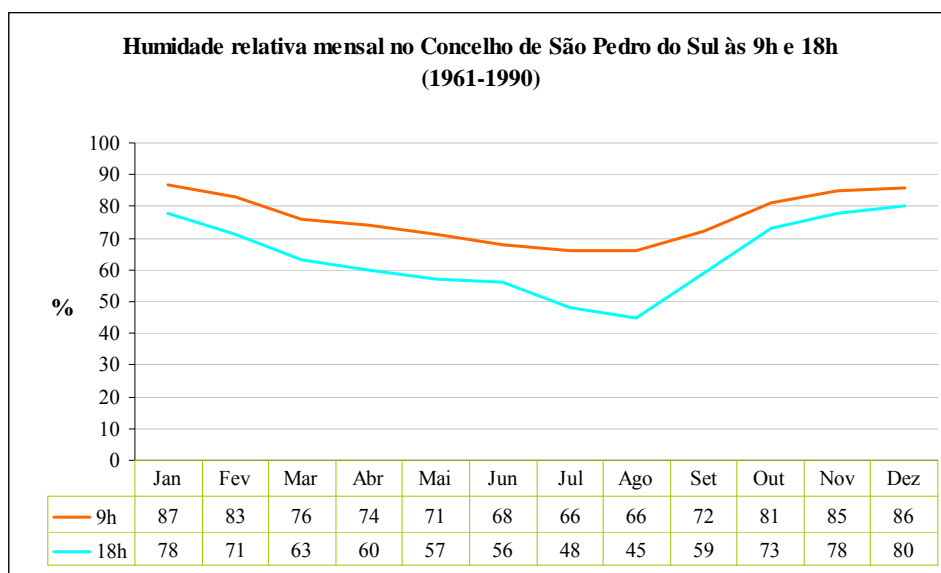
Figura 6 - Valores Mensais da Temperatura (Instituto de Meteorologia, 2009)

Na análise do gráfico da Figura 6 verificamos que a média das temperaturas máximas está entre os vinte e cinco graus e os vinte e nove graus, entre os meses de junho e agosto.

### Humidade Relativa do Ar

Este fator climático exerce uma grande influência no desenvolvimento biológico, tanto das plantas como das pragas e doenças.

Este parâmetro reflete o estado higrométrico do ar e é um dos que vai exercer maior influência na taxa de evapotranspiração das plantas. A Figura 7, mostra os valores da humidade relativa mensal para o concelho.

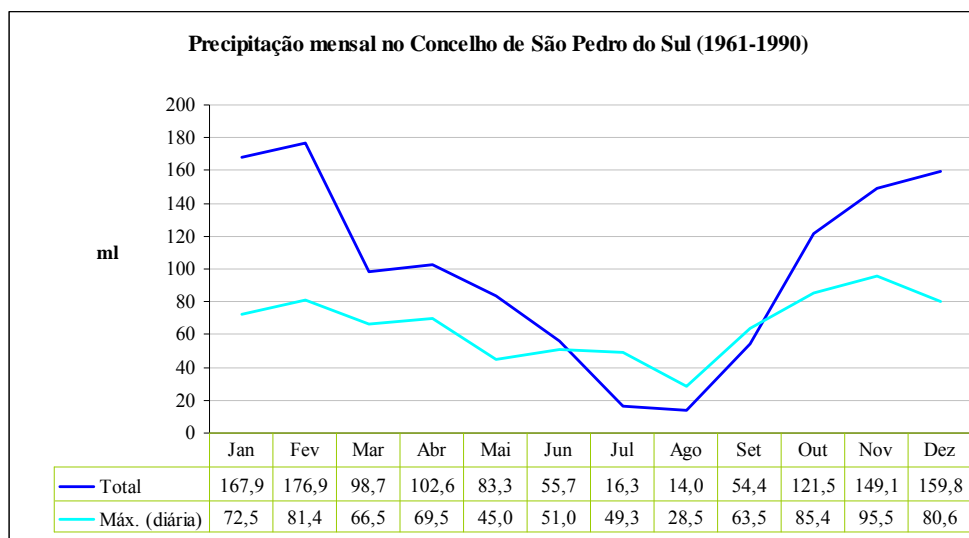


**Figura 7 – Humidade Relativa Mensal (Instituto de Meteorologia, 2009)**

A humidade relativa do ar é um fator de grande importância para os incêndios florestais, uma vez que influencia a humidade dos combustíveis e consequentemente a velocidade de propagação dos incêndios.

### Precipitação

A precipitação é responsável pela regularização do equilíbrio hídrico da vegetação e solo. Mais do que qualquer outro fator ambiental, a água afeta a morfologia interna e externa de certos órgãos vegetais que, conjuntamente, determinam a fisionomia da vegetação.



**Figura 8 – Precipitação (Instituto de Meteorologia, 2009)**

Como podemos ver na Figura 8, os valores mais baixos da precipitação ocorrem nos meses de julho e agosto, que coincidem também com as épocas de maior risco de incêndios.

Podemos verificar no concelho que a temperatura do ar associada à forma como a pluviosidade se distribui ao longo do período estival são fatores importantes para os fogos florestais, porque influencia os teores de humidade dos combustíveis, e a propagação dos incêndios.

### **2.3 - Caracterização demográfica**

As variáveis socioeconómicas são fundamentais, em particular para o período em análise, durante o qual ocorreram profundas transformações económicas e sociais que induziram processos de transformação e importantes alterações no território, relacionadas com a ocupação do espaço e as formas de uso do solo. Nomeadamente o êxodo rural e envelhecimento da população. Expressam diretamente a dimensão populacional, as atividades económicas e o impacto no território.

A exemplo do que aconteceu noutras regiões de Portugal, no período em análise houve um decréscimo populacional e abandono de algumas atividades na maioria das freguesias do concelho.

### 2.3.1 - População residente por freguesia (1991/2001/2011)

Podemos verificar pela análise do Quadro 3, que este decréscimo demográfico foi entre 1991 e 2001 de -4,51% e entre 2001 e 2011, acentuou-se atingindo o valor de -11,24%.

Quadro 3 - População residente por freguesia (INE dados preliminares de 2011)

| Freguesias              | 1991          | 2001          | Variação<br>1991 a 2001 | 2011          | Variação<br>2001 a 2011 |
|-------------------------|---------------|---------------|-------------------------|---------------|-------------------------|
| Baiões                  | 364           | 300           | -17.58%                 | 285           | -5.00%                  |
| Bordonhos               | 519           | 603           | 16.18%                  | 545           | -9.62%                  |
| Candal                  | 209           | 150           | -28.23%                 | 118           | -21.33%                 |
| Carvalhais              | 1.685         | 1.762         | 4.57%                   | 1.528         | -13.28%                 |
| Covas do Rio            | 216           | 179           | -17.13%                 | 121           | -32.40%                 |
| Figueiredo de Alva      | 1.117         | 1.026         | -8.15%                  | 849           | -17.25%                 |
| Manhouce                | 981           | 836           | -14.78%                 | 644           | -22.97%                 |
| Pindelo dos Milagres    | 876           | 714           | -18.49%                 | 662           | -7.28%                  |
| Pinho                   | 977           | 983           | 0.61%                   | 772           | -21.46%                 |
| Santa Cruz da Trapa     | 1.520         | 1.389         | -8.62%                  | 1.312         | -5.54%                  |
| São Cristóvão de Lafões | 266           | 231           | -13.16%                 | 192           | -16.88%                 |
| São Félix               | 490           | 399           | -18.57%                 | 406           | 1.75%                   |
| São Martinho das Moitas | 479           | 354           | -26.10%                 | 252           | -28.81%                 |
| São Pedro do Sul        | 3.790         | 4.011         | 5.83%                   | 3.689         | -8.03%                  |
| Serrazes                | 1.134         | 1.104         | -2.65%                  | 1.002         | -9.24%                  |
| Sul                     | 1.619         | 1.409         | -12.97%                 | 1.040         | -26.19%                 |
| Valadares               | 1.101         | 1.007         | -8.54%                  | 826           | -17.97%                 |
| Várzea                  | 1.409         | 1.499         | 6.39%                   | 1.735         | 13.12%                  |
| Vila Maior              | 1.233         | 1.127         | -8.60%                  | 961           | -14.73%                 |
| <b>TOTAL</b>            | <b>19.985</b> | <b>19.083</b> | <b>-4.51%</b>           | <b>16.939</b> | <b>-11.24%</b>          |

As freguesias que tiveram maiores decréscimos na população residente na década de noventa foram Candal com menos 28,23%, seguida de São Martinho das Moitas com menos 26,10%. Estas freguesias estão localizadas no maciço serrano a Norte do concelho. Na última década, as freguesias com maiores perdas populacionais são Covas do Rio, com um decréscimo de 32,4%, seguida de São Martinho das Moitas com menos 28,81%, mantendo-se o abandono das freguesias localizadas na Serra.

A distribuição espacial da população portuguesa, mostra uma clara tendência para a fixação nas zonas do litoral, em detrimento das zonas do interior, facto que também se verifica neste concelho.

Nas zonas serranas do concelho, é onde a taxa de natalidade tem valores mais baixos e onde o envelhecimento populacional tem valores mais altos, sendo uma situação preocupante, uma vez que os terrenos agrícolas não são cultivados e os matos estão em expansão junto dos aglomerados populacionais. As habitações e edifícios de apoio à agricultura ficam mais expostos à possibilidade de ocorrência e aos efeitos dos incêndios.

### **2.3.2 - População por sector de atividade**

São Pedro do Sul é um concelho com características rurais. O sector primário tem um grande peso na economia local, com referências fortíssimas ao nível da reprodução social. A atividade agrícola de auto subsistência assume um papel primordial.

No que concerne ao sector secundário, a freguesia de Bordonhos é caracterizada por duas zonas industriais enquadradas pelo Plano Diretor Municipal. Estas duas zonas industriais são a Zona Industrial de Bordonhos e Parque Industrial do Alto Barro.

O sector terciário tem uma expressão significativa no concelho de São Pedro do Sul. Para além do comércio aqui existente, a principal dinâmica deste sector advém dos serviços ligados ao turismo termal e de montanha, únicas referências da capacidade de atração de população não residente no concelho. (PDM, 2009)

### **2.4 - Uso do solo e regimes especiais**

O território do concelho está ocupado maioritariamente por espaços florestais (Quadro 4). Os incultos ocupam uma área significativa, o que está relacionado com o abandono das terras agrícolas e o êxodo rural para o litoral. Este tipo de ocupação tem feito aumentar o número de processos para cumprimento das Faixas de Gestão de Combustível no GTF.

Quadro 4 - Uso do solo e regimes especiais (PDM, 2009)

| Ocupação do solo (hectares) | Agrícola        | Hidrografia   | Incultos         | Urbano        | Floresta         |
|-----------------------------|-----------------|---------------|------------------|---------------|------------------|
| <b>Freguesias</b>           |                 |               |                  |               |                  |
| Baiões                      | 101,22          |               | 103,67           | 9,54          | 150,68           |
| Bordonhos                   | 197,12          |               | 92,21            | 32,72         | 273,05           |
| Candal                      | 117,45          |               | 1.645,12         | 10,75         | 282,83           |
| Carvalhais                  | 599,40          |               | 553,54           | 82,33         | 1.082,05         |
| Covas do Rio                | 108,93          | 0,03          | 1.431,43         | 8,62          | 735,11           |
| Figueiredo de Alva          | 335,76          |               | 47,21            | 34,99         | 1.050,68         |
| Manhouce                    | 441,02          |               | 1.865,37         | 49,83         | 1.684,63         |
| Pindelo dos Milagres        | 361,95          | 0,54          | 1.430,84         | 21,96         | 574,55           |
| Pinho                       | 326,36          | 8,12          | 149,51           | 20,91         | 858,96           |
| Santa Cruz da Trapa         | 417,96          |               | 907,77           | 93,97         | 840,63           |
| São Cristóvão de Lafões     | 123,64          | 4,79          | 109,72           | 10,71         | 384,78           |
| São Félix                   | 147,88          |               | 4,52             | 12,59         | 154,40           |
| São Martinho das Moitas     | 256,10          | 46,81         | 1.559,05         | 23,98         | 1.198,42         |
| São Pedro do Sul            | 584,53          | 11,84         | 45,64            | 100,29        | 552,75           |
| Serrazes                    | 370,70          | 4,57          | 152,73           | 67,15         | 728,16           |
| Sul                         | 627,41          |               | 1.415,03         | 78,58         | 3.120,50         |
| Valadares                   | 442,43          | 11,41         | 386,53           | 36,82         | 1.198,97         |
| Várzea                      | 201,81          | 16,86         | 13,93            | 81,31         | 281,15           |
| Vila Maior                  | 408,26          |               | 130,72           | 36,48         | 612,10           |
| <b>TOTAL</b>                | <b>6.169,94</b> | <b>104,96</b> | <b>12.044,53</b> | <b>813,53</b> | <b>15.764,40</b> |

Podemos ver no Quadro 4 que na generalidade do território, a floresta corresponde à ocupação maioritária com um total de quinze mil setecentos e sessenta e quatro, quarenta hectares, seguida dos incultos, com doze mil e quarenta e quatro, cinquenta e três hectares. As zonas agrícolas menos representativas com cerca de seis mil cento e setenta hectares, e as urbanas são as que ocupam menor área com quase cento e cinco hectares.

### 2.4.1 – Espaços florestais

No concelho as espécies mais representativas são o pinheiro bravo e o eucalipto (Figura 9), existem galerias ripícolas bem conservadas nas principais linhas de água nomeadamente no rio Paiva.

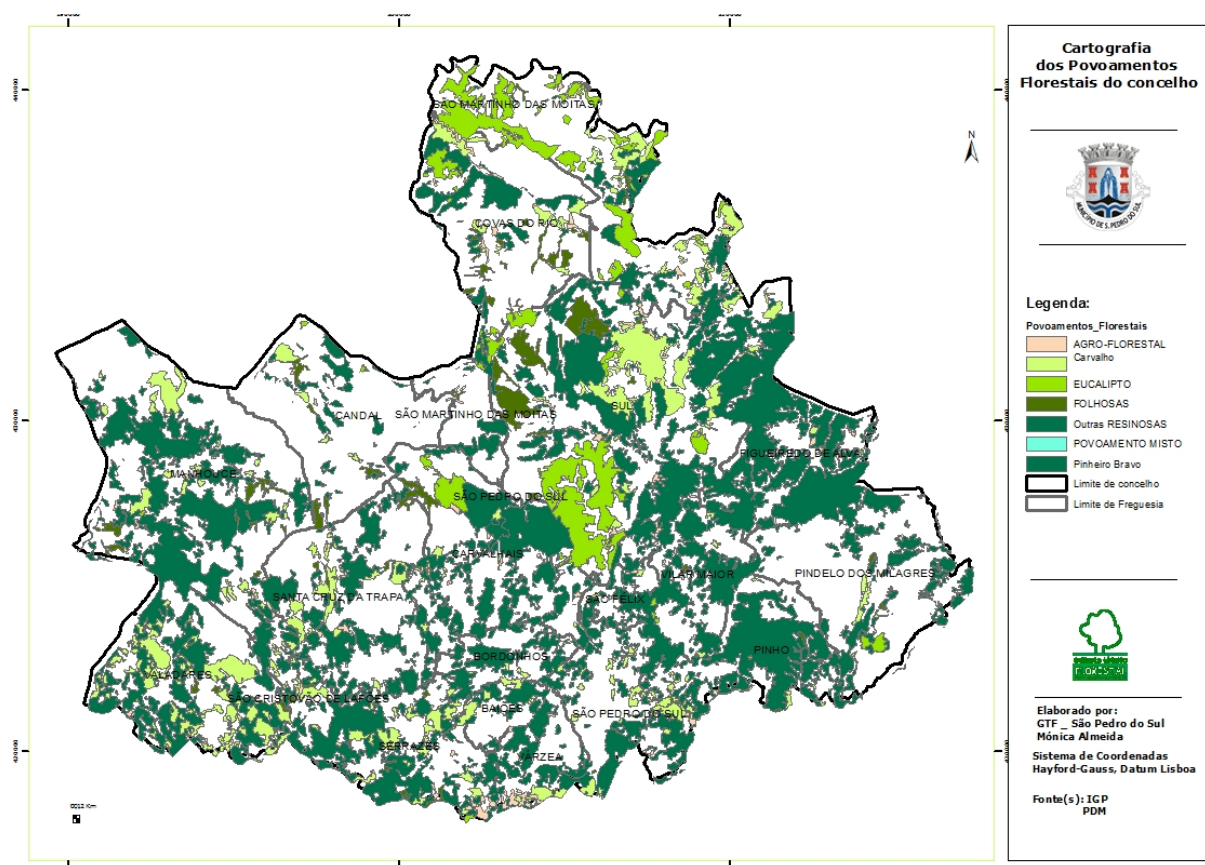


Figura 9 - Mapa dos povoamentos florestais do concelho (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, GTF, 2012)

Os principais problemas que afetam os espaços florestais do concelho são os incêndios florestais e a instalação de povoamentos de monoculturas, principalmente de eucalipto, diminuindo os espaços naturais, nomeadamente de quercíneas (*Quercus robur* L. e *Quercus pyrenaica* Willd) e outras folhosas, nomeadamente castanheiros (*Castanea sativa* Miller), sobreiros (*Quercus suber* L.). Nas galerias ripícolas as espécies mais abundantes são os amieiros (*Alnus glutinosa* L. e freixos (*Fraxinus angustifolia* Vahl.).

No Quadro 5, podemos ver a distribuição dos povoamentos florestais (outras resinosas, agro-florestal, outras folhosas, carvalho, povoamento misto, pinheiro bravo e eucalipto) por freguesia.

**Quadro 5 - Características dos povoamentos florestais (Gabinete de Revisão do PDM, CMSPS, 2009)**

| Povoamentos<br>(hectares)<br>Freguesias | Outras<br>Resinosas | Agroflorestal | Outras<br>Folhosas | Carvalho      | Povoamento<br>Misto | Pinheiro<br>Bravo | Eucalipto       |
|---|---------------------|---------------|--------------------|---------------|---------------------|-------------------|-----------------|
|   | <b>Baiões</b>       |               | 1,89               |               |                     | 17,30             | 131,50          |
| <b>Bordonhos</b>                        |                     |               |                    |               | 27,86               | 245,19            |                 |
| <b>Candal</b>                           |                     | 7,27          | 23,09              | 29,20         | 42,58               | 175,25            | 5,44            |
| <b>Carvalhais</b>                       | 29,38               | 18,97         | 10,63              | 29,53         | 29,14               | 873,04            | 91,37           |
| <b>Covas do Rio</b>                     |                     | 37,59         | 15,13              | 68,99         | 104,08              | 384,11            | 125,21          |
| <b>Figueiredo de Alva</b>               |                     | 18,08         | 0,74               |               | 6,13                | 1.024,82          | 0,92            |
| <b>Manhouce</b>                         |                     | 25,41         | 51,12              | 17,00         | 186,13              | 1.402,94          | 2,04            |
| <b>Pindelo dos Milagres</b>             |                     | 4,98          | 5,62               | 2,21          | 28,43               | 507,99            | 25,34           |
| <b>Pinho</b>                            |                     | 2,26          | 4,38               | 5,79          | 51,37               | 794,04            | 1,12            |
| <b>Santa Cruz da Trapa</b>              |                     | 17,21         | 9,33               | 7,08          | 142,24              | 664,78            |                 |
| <b>S. Cristóvão de Lafões</b>           |                     | 7,81          | 3,59               | 1,47          | 64,80               | 307,09            | 0,04            |
| <b>São Félix</b>                        |                     | 2,05          |                    |               | 7,17                | 145,01            | 0,17            |
| <b>S. Martinho Moitas</b>               |                     | 31,53         | 14,67              | 5,33          | 207,56              | 417,07            | 522,25          |
| <b>São Pedro do Sul</b>                 |                     | 8,96          | 2,52               |               | 98,13               | 443,13            |                 |
| <b>Serrazes</b>                         |                     | 33,74         | 14,21              | 5,96          | 155,28              | 507,98            | 6,33            |
| <b>Sul</b>                              |                     | 59,81         | 253,04             | 18,21         | 473,09              | 1.771,43          | 544,92          |
| <b>Valadares</b>                        |                     | 7,49          | 5,07               | 10,23         | 418,26              | 757,24            | 0,68            |
| <b>Várzea</b>                           |                     | 32,10         | 2,71               |               | 31,99               | 214,35            |                 |
| <b>Vila Maior</b>                       |                     | 14,38         | 3,00               |               | 9,46                | 579,34            | 5,93            |
| <b>TOTAL</b>                            | <b>29,38</b>        | <b>331,51</b> | <b>418,86</b>      | <b>200,99</b> | <b>2.101,00</b>     | <b>11.346,27</b>  | <b>1.331,72</b> |

Verificamos na análise do Quadro 5, que a freguesia de Sul apresenta os maiores valores de áreas agro-florestais com cinquenta e nove, oitenta e um hectares, seguida de Covas do Rio

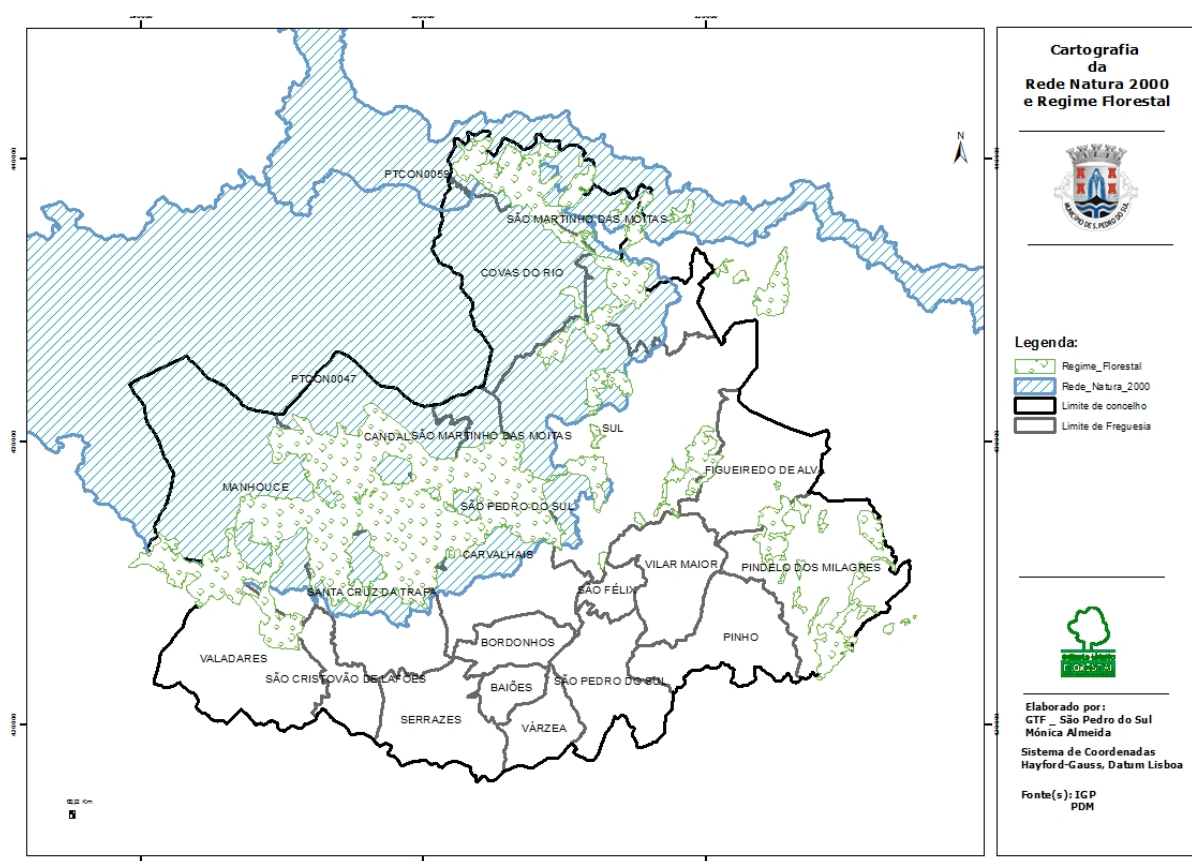
com trinta e sete, cinquenta e nove hectares. Relativamente outras folhosas, continua a ser a freguesia de Sul com maiores áreas (duzentos e cinquenta e três, quatro hectares) seguida de Manhouce com cinquenta e um, doze hectares. Quanto à área de Pinheiro bravo, a freguesia de Sul continua ser maioritária com mil setecentos e setenta e um, quarenta e três hectares.

A espécie mais representativa no concelho é o pinheiro bravo com onze mil trezentos e quarenta e seis, vinte e sete hectares. (PDM, 2009)

## 2.4.2 - Rede natura 2000 e regime florestal

### Rede Natura 2000

Segundo os critérios da Rede Natura 2000, os Sítios classificados ao abrigo das diretivas Habitats (92/43/CEE) e Aves (79/409/CEE) no concelho de São Pedro do Sul publicados no Decreto-Lei n.º 140/99 são o *Rio Paiva* (PTCON 0059) e *Serra da Arada e Freita* (PTCON 0047).



**Figura 10 - Mapa da rede natura 2000 e regime florestal (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de São Pedro do Sul, GTF, 2012)**

Podemos verificar na Figura 10 que o Sítio Rede Natura 2000 do rio Paiva abrange as freguesias de Covas do Rio e São Martinho das Moitas. É caracterizado por um curso de água que corre num vale, no qual predominam os matos mediterrânicos, campos agrícolas e floresta. Este apresenta uma galeria ripícola bem conservada e desenvolvida com amieiros (*Alnus glutinosa*) e salgueiros (*Salix* spp.) e frequentemente por carvalhais de *Quercus robur* fragmentários (ICNF, 2012).

O Sítio Rede Natura 2000 da Serra da Freita e Arada abrange as freguesias de Covas do Rio, São Martinho das Moitas, Candal, Manhouce, Carvalhais, Santa Cruz da Trapa e Sul (Figura 10). Tem como principal valor de conservação, a ocorrência de turfeiras e outras zonas húmidas e de espécies endémicas (*Anarrimohinum longipedicellatum*, *Murbeckiella sousae*), raras em Portugal (ICNF, 2012). Este Sítio faz parte de um conjunto de serras, que constitui atualmente a área mais importante para a conservação da população isolada de lobo (*Canis lupus*), a Sul do Douro, sendo também um local de criação. É ainda um Sítio relevante para a salamandra-lusitânia (*Chioglossa lusitânica*) e o lagarto-de-água, (*Lacerta schreiberi*), espécies endémicas da Península Ibérica.

As principais ameaças à conservação das áreas enumeradas, do ponto de vista global prendem-se sobretudo com a degradação das galerias ripícolas, poluição da água e os incêndios florestais.

### Regime Florestal

Os baldios estão geralmente situados em zonas serranas, com declives acentuados, afloramentos rochosos frequentes e solos sem aptidão agrícola. Em alguns destes ainda subsiste o pastoreio. Parte dos baldios do concelho está submetida ao Regime Florestal, ou seja, está a ser gerida em regime de co-gestão entre os serviços florestais e os compartes.

O regime florestal no concelho de São Pedro do Sul tem grande representatividade, pois ocupa uma área extensiva, nomeadamente no território serrano com onze mil hectares. Se observarmos de novo a Figura 10 verificamos que compreende áreas nas freguesias de Valadares, Manhouce, Santa Cruz da Trapa, Candal, São Martinho das Moitas, Pindelo dos Milagres, Sul, Carvalhais, Figueiredo de Alva, Covas do Rio e São Pedro do Sul.

### 2.4.3 – Zonas de recreio, caça e pesca

Estas zonas são um importante fator de desenvolvimento rural no concelho dado os impactos que têm nas atividades socio-económicas da região. Correspondem a áreas de recursos vegetais, faunísticos e aquícolas valiosos que dependem do ordenamento e gestão do território e das áreas florestais ou com aptidão florestal.

#### Zonas de recreio

Podemos verificar na Figura 11, a localização dos trinta e um **equipamentos florestais de recreio**. Estes foram classificados com base no anexo IV do Decreto-lei nº 209/98 de quinze de Julho e no Guia Técnico para elaboração do PMDFCI de Abril de dois mil e doze. Destes, vinte e cinco são parques de merendas, três são parques florestais, dois são parques de campismo e um está classificado como outro.

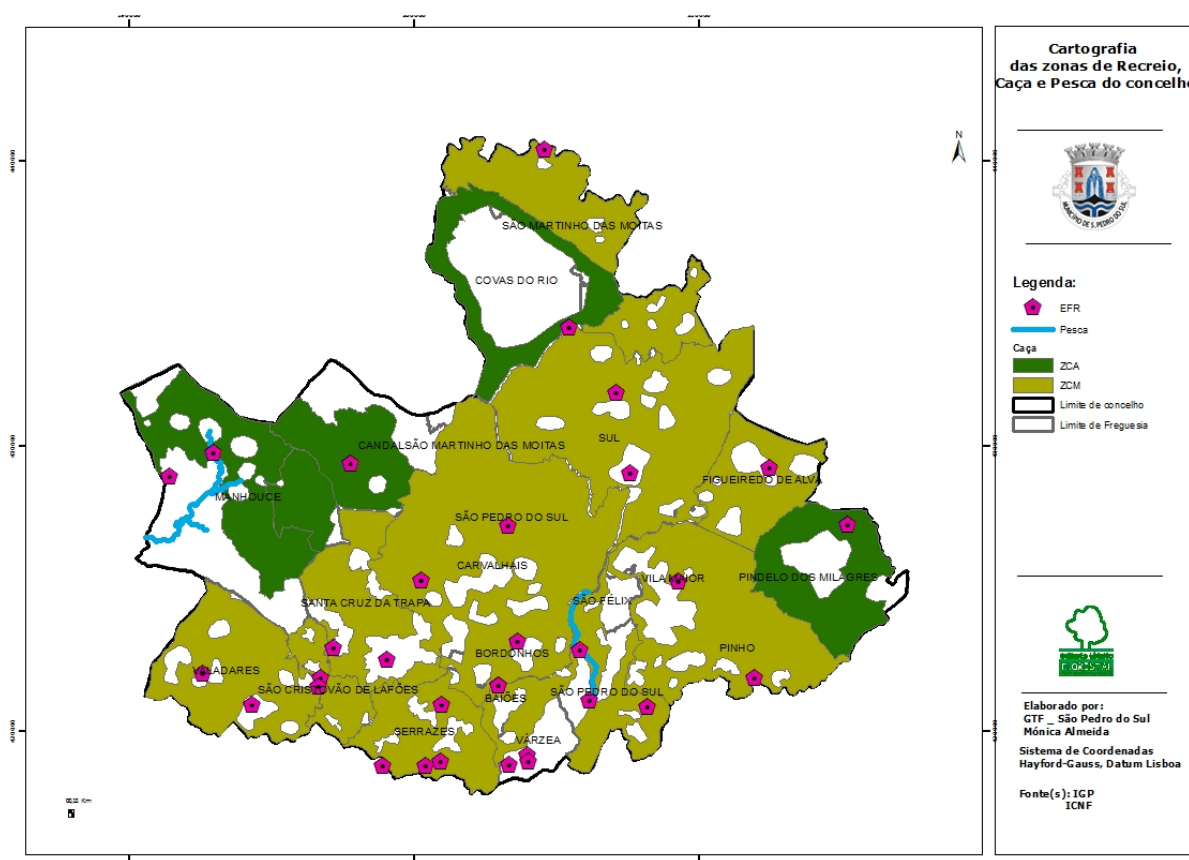


Figura 11 - Mapa das zonas de recreio, caça e pesca (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de São Pedro do Sul, GTF, 2012)

## Caça

Os recursos cinegéticos são um importante fator de desenvolvimento rural no concelho, dadas as sinergias que geram nas economias locais. No concelho de São Pedro do Sul, existem cinco Zonas de Caça Associativa (ZCA) e onze Zonas de Caça Municipal (ZCM) (Figura 11).

A criação e adequada gestão de ZCA e ZCM permitem que a atividade cinegética seja exercida de uma forma ordenada, contribuindo para o aumento das populações de espécies cinegéticas e a não degradação do património natural.

## Pesca

Os recursos aquícolas constituem um valioso recurso natural renovável, do ponto de vista económico, ambiental, social e cultural. A pesca em águas interiores, enquanto atividade exploradora destes recursos, é capaz de proporcionar benefícios diretos como o consumo e venda de peixe capturado e indiretos, como a oferta de recreio e lazer, desenvolvimento turístico, exploração económica em concessões ou reservas de pesca, com a geração de receitas e criação de postos de trabalho. (Direção Geral dos Recursos Florestais, 2005).

Nos diversos cursos de água, albufeiras e açudes de Dão-Lafões, existem várias espécies com interesse para a pesca. Entre as mais importantes, aparecem o achigã (*Micropterus salmoides*), o barbo (*Luciobarbus bocagei*), a boga (*Pseudochondrostoma duriense*) no rio Paiva e (*Pseudochondrostoma polylepis*) no rio Vouga a carpa (*Cyprinus carpio*), a enguia (*Anguilla anguilla*), o escalo (*Squalius carolitertii*.) e a truta (*Salmo trutta*).

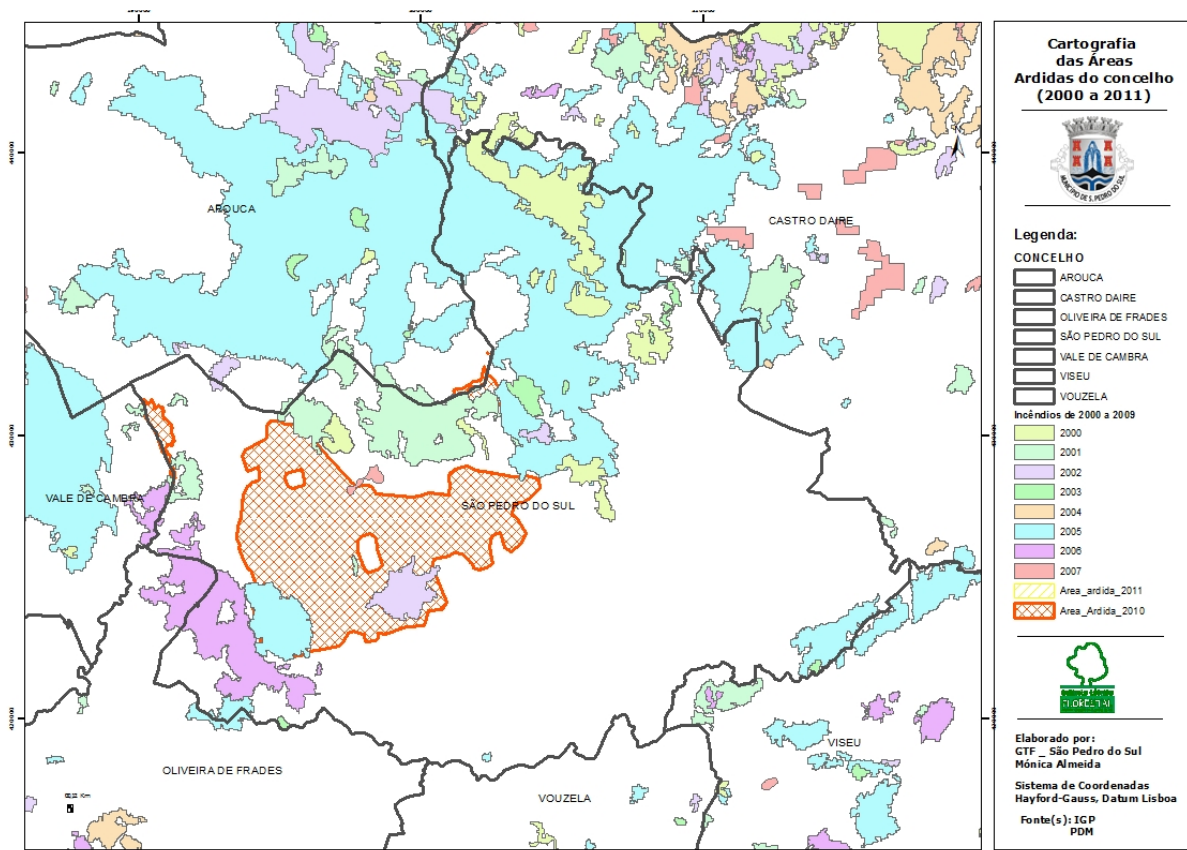
## **2.5 Caracterização dos incêndios florestais**

O concelho de São Pedro do Sul, devido às alterações socioeconómicas que se têm verificado e às suas características topográficas e climáticas tem, nos últimos anos, sido palco de grandes incêndios. Podemos verificar na análise do Quadro 6, com o número de ocorrências e as áreas ardidas, dos últimos seis anos, que o ano com maior número de ocorrências foi dois mil e nove com oitenta e cinco, no entanto a área ardida maior foi em dois mil e dez com cinco mil duzentos e vinte e três hectares.

**Quadro 6 - Número de ocorrências e área ardida nos últimos 6 anos (GNR - SEPNA, 2012)**

| Ano                    | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|------------------------|------|------|------|------|------|------|
| Número de ocorrências  | 33   | 21   | 85   | 76   | 58   | 52   |
| Área ardida (hectares) | 64   | 11   | 286  | 5223 | 304  | 645  |

Verificamos no Quadro 6, que o número de ocorrências, não tem correlação com a área ardida, ou seja em dois mil e onze embora o número de ocorrências seja elevado (cinquenta e oito), a área ardida é de trezentos e quatro hectares, muito inferior a dois mil e doze, com cinquenta e duas ocorrências e seiscentos e quarenta e cinco hectares ardidos.



**Figura 12 - Mapa das áreas ardidas do concelho de 2000 a 2011 (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de São Pedro do Sul, GTF, 2012)**

As áreas percorridas por incêndios (Figura 12), nomeadamente os grandes incêndios como o caso de dois mil e cinco e dois mil e dez, onde arderam cinco mil hectares, abrangem essencialmente o maciço serrano, devido à concentração de vários fatores determinantes:

- a) Grandes extensões de matos mediterrâneos sem compartimentação,
- b) Declives acentuados,
- c) Extensões de matos e povoamentos florestais sem acessibilidades,
- d) Baixa humidade relativa do ar no período crítico,
- e) Ventos locais com variações bruscas.

Verificamos na análise do Quadro 7, dos últimos dez anos, que dois mil e cinco foi o ano com maior número de reacendimentos cento e cinco, seguido de dois mil e três com setenta e quatro. O ano com menos reacendimentos foi dois mil e oito com apenas um reacendimento.

**Quadro 7 - Identificação do número de reacendimentos, por ano desde 2002 (GNR - SEPNA, 2012)**

| Ano                      | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|--------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Número de reacendimentos | 62   | 74   | 63   | 105  | 59   | 6    | 1    | 25   | 42   | 11   | 12   |

Importa realçar a importância de evitar reacendimentos, com a melhoria da estrutura de vigilância pós-incêndio, que em situações pontuais arde mais área devido ao reacendimento do que no incêndio.

## **2.6 - Gestão de recursos da floresta**

A gestão de recursos dos espaços florestais deve ser feita de forma a permitir que existam **espaços florestais de produção e de proteção**, criando riqueza e bem-estar para as populações. O primeiro eixo do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) está intimamente relacionado com o ordenamento do território e o planeamento dos espaços florestais, de forma a aproveitar o solo, garantindo que essa ocupação se destina a potenciar o desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, responde-se aos Artigo 15º e 18º do Decreto-lei 124/2006 de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 17/2009 de catorze de Janeiro, definindo os espaços florestais com rede primária e rede secundária nomeadamente, a gestão de combustíveis em locais estratégicos de combate a incêndios florestais, junto das infraestruturas e na interface florestal/urbano.

As Faixas de Gestão de Combustíveis constituem redes primárias, secundárias e terciárias, tendo em consideração as seguintes funções:

- a) Diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo;
- b) Redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas, equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial.
- c) Isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

As faixas de gestão de combustível do concelho de São Pedro do Sul, previstas para execução no PMDFCI são a rede primária, a rede secundária, a rede terciária e os mosaicos de parcelas de combustível. Podemos visualizar na Figura 13, a rede viária florestal, a rede primária, os parques eólicos, os parques industriais e as linhas de média e alta tensão.

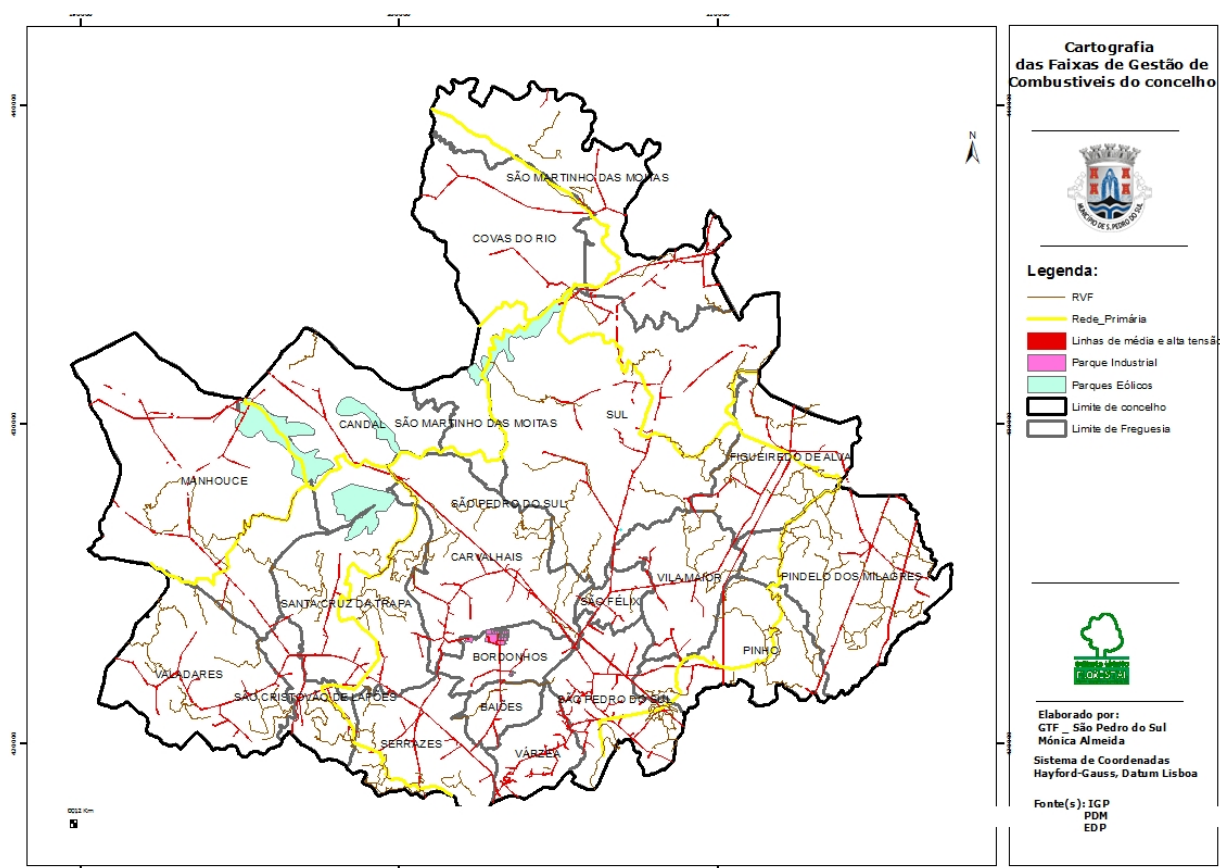


Figura 13 - Mapa de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de São Pedro do Sul, GTF, 2012)

As faixas de gestão de combustível que constituem uma rede secundária de defesa da floresta contra incêndios foram planeados e orçamentadas no PMDFCI do concelho, conforme podemos observar no Quadro 8.

**Quadro 8 - Áreas das FGC da rede secundária e respetivo orçamento (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, GTF, 2012)**

| Descrição da Faixa de Gestão de Combustíveis | Área (hectares) | Orçamento (Euros) |
|--|-----------------|-------------------|
| Rede viária nacional                         | 38,63           | 43 987,20         |
| Linhas de média e alta tensão                | 301,62          | 343 448,66        |
| Rede viária florestal                        | 197,75          | 225 173,97        |
| Rede de pontos de água                       | 39,6            | 45 091,72         |

#### Rede viária Nacional

A rede secundária está definida pela alínea a) do n.º 1 do Artigo 15.º do Decreto-lei n.º124/2006 com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 17/2009 de catorze de janeiro, nomeadamente pela rede viária se providencie a gestão do combustível numa faixa lateral de terreno confinante numa largura não inferior a dez metros, neste sentido o Quadro 8, explicita as faixas de gestão de combustível da responsabilidade das EP – Estradas de Portugal, S.A, nomeadamente as **Estradas Nacionais** do concelho com uma área de trinta e oito, sessenta e três hectares e orçamentadas no PMDFCI em quarenta e três mil novecentos e oitenta e sete euros e vinte cêntimos.

#### Linhas de média e alta tensão

Está definido que devido à presença de **linhas de transporte e distribuição de energia elétrica** em muito alta tensão e em alta tensão é preciso providenciar a gestão do combustível numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura não inferior a dez metros para cada um dos lados.

A presença de linhas de transporte e distribuição de **energia elétrica em média tensão** providencie a gestão do combustível numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura não inferior a sete metros para cada

um dos lados. Da análise do Quadro 8 verificamos que a Energias de Portugal (EDP) com responsabilidade para o cumprimento dessas FGC, têm prevista uma área de trezentos e um, sessenta e dois hectares com um orçamento de cerca de trezentos e quarenta e três mil quatrocentos e quarenta e oito euros.

#### Rede Viária Florestal

A acessibilidade a espaços florestais constitui um aspeto relevante para o ordenamento florestal e é importante para o escoamento dos produtos florestais, combate a incêndios florestais, assim como para a oferta de recreio e lazer às populações. Estão previstos para a **rede viária florestal** do concelho, cento e noventa e sete, setenta e cinco hectares de FGC, orçamentados em duzentos e vinte e cinco, cento e setenta e quatro euros. (Quadro 8)

#### Rede de pontos de água

A **rede de pontos de água** é constituída por um conjunto de infraestruturas de armazenamento de água. A existência de pontos de água com boas condições de acesso, para meios aéreos e terrestres é um fator de crucial importância para o sucesso das operações de combate aos incêndios florestais. No Quadro 8 podemos verificar que estão previstas FGC numa área de trinta e nove, seis hectares com um orçamento de aproximadamente quarenta e cinco mil e noventa e um euros.

#### Espaços florestais de proteção

Nos **espaços florestais de proteção**, deve ser realizado o aproveitamento das potencialidades que particularmente estão associados aos sistemas multifuncionais, constituindo um eixo importante para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais de maior interioridade. Para a concretização deste objetivo foram realizadas diversas atividades pelo GTF, nomeadamente:

- a) Divulgação aos agentes locais e população em geral de programas de financiamento para o desenvolvimento sustentável dos territórios;
- b) Fomentando a melhoria e manutenção dos trinta e um equipamentos florestais de recreio, inseridos em espaços florestais, maximizando as suas funções sociais;

- c) Promovendo a valorização de recursos endógenos e a sustentabilidade dos territórios, através da dinamização de percursos pedestres e outras atividades envolvendo as comunidades locais, nomeadamente aproveitamento dos recursos naturais, artesanais e gastronómicos das aldeias.
- d) Recolhendo informação sobre os exemplares mais notáveis de árvores e arvoredos que existem no nosso concelho, propor à Autoridade Florestal Nacional a sua classificação, sensibilizar e divulgar o património natural para o seu melhor conhecimento, preservação e valorização.
- e) Divulgação e sensibilização das populações do valor ambiental e social dos espaços florestais, maximizando as suas funções ambientais, sociais, protetoras e de enquadramento paisagístico.
- f) Elaboração e divulgação de avisos com a legislação em vigor, com o objetivo de proteção de espécies protegidas como o Azevinho (*Ilex aquifolium*) e o Sobreiro (*Quercus suber*).

## **CAPITULO 3 - POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E OS GABINETES TÉCNICOS FLORESTAIS: O caso do GTF de São Pedro do Sul**

### **3.1 - Legislação de Defesa da Floresta Contra Incêndios e Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios**

A legislação que enquadra os Gabinetes Técnicos Florestais é o Decreto-lei nº 124/2006 com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 17/2009 de catorze de Janeiro, que estabelece as medidas e ações estruturais e operacionais relativas à prevenção e proteção das florestas contra incêndios, a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI).

#### ***3.1.1 - Defesa da floresta contra incêndios***

Segundo o Artigo 2º do Decreto-lei nº 124/2006 com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 17/2009 de catorze de Janeiro, o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios prevê o conjunto de medidas e ações de articulação institucional, de planeamento e de intervenção relativas à prevenção e proteção das florestas contra incêndios, nas vertentes da compatibilização de instrumentos de ordenamento, de sensibilização, planeamento, conservação e ordenamento do território florestal, silvicultura, infraestruturização, vigilância, deteção, combate, rescaldo, vigilância pós incêndio e fiscalização, a levar a cabo pelas entidades públicas com competências na defesa da floresta contra incêndios e entidades privadas com intervenção no setor florestal.

Segundo o artigo 2º do Despacho nº 4345 de vinte e sete de Março de dois mil e doze, onde é homologado o regulamento do PMDFCI, são objetivos estratégicos do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) estabelecer a estratégia municipal de defesa da floresta contra incêndios (DFCI), através de medidas adequadas para o efeito e do planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades, de acordo com os objetivos estratégicos decorrentes do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), em consonância com o respetivo Plano Regional de Ordenamento Florestal e com o Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI).

### **3.1.2 - Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios**

Segundo o nº 1) do artigo 3º- A do Decreto-lei nº 124/2006 com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 17/2009 de catorze de Janeiro, as comissões de defesa da floresta, são estruturas de articulação, planeamento e ação que têm como missão a coordenação de programas de defesa da floresta.

As comissões municipais têm as seguintes atribuições:

- a) Articular a atuação dos organismos com competências em matéria de defesa da floresta, no âmbito da sua localização geográfica,
- b) Elaborar um plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, que defina as medidas necessárias para o efeito e que inclua a previsão e planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades perante a ocorrência de incêndios, em consonância com o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), com o respetivo plano distrital de defesa da floresta contra incêndios e com o plano regional de ordenamento florestal;
- c) Avaliar e propor à Autoridade Florestal Nacional, de acordo com o estabelecido nos planos referidos na alínea b), os projetos de investimento de prevenção e proteção da floresta contra incêndios e levar a cabo a sua execução;
- d) Acompanhar o desenvolvimento dos programas de controlo de agentes bióticos e promover ações de proteção florestal;
- e) Desenvolver ações de sensibilização da população;
- f) Promover a criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais integrados ou adjacentes a áreas florestais, sensibilizando para tal a sociedade civil, e dotá-los de meios de intervenção, salvaguardando a formação do pessoal afeto a esta missão, para que possa atuar em condições de segurança;
- g) Proceder à identificação e aconselhar a sinalização das infraestruturas florestais de prevenção e proteção da floresta contra incêndios, para uma utilização mais rápida e eficaz por parte dos meios de combate;
- h) Identificar e propor áreas florestais, com vista ao condicionamento do acesso, circulação e permanência;
- i) Colaborar na divulgação de avisos às populações;
- j) Avaliar os planos de fogo controlado que lhe forem apresentados pelas entidades proponentes, no âmbito do previsto no regulamento do fogo controlado;
- k) Emitir, quando solicitado, parecer sobre os programas nacionais de defesa da floresta.

## **3.2 - O papel dos Gabinetes Técnicos Florestais no desenvolvimento florestal**

### **local: o caso do GTF de São Pedro do Sul**

O GTF tem um papel central no desenvolvimento sustentável dos espaços florestais do concelho, uma vez que lhe cabem funções de planeamento, coordenação de meios, implementação de infraestruturas, fiscalização e sensibilização das populações locais.

Neste sentido, a integração e compatibilização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), com os instrumentos de planeamento de nível superior, designadamente o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o Plano Regional de Ordenamento Florestal de Dão-Lafões, e o Plano Director Municipal, permite definir objectivos estratégicos para cinco anos, como preconizado no nº1 do Artigo 10º do Decreto-lei nº 124/2006 com alterações introduzidas pelo Decreto- Lei nº 17/2009 de catorze de janeiro.

O Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI), definido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, vinte e seis de Maio, prevê a sua atuação na concretização de cinco eixos estratégicos capazes de responder às reais necessidades, que são:

- ✓ 1º Eixo estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- ✓ 2º Eixo estratégico – Redução da incidência dos incêndios;
- ✓ 3º Eixo estratégico – Melhoria da eficácia do ataque e gestão dos Incêndios;
- ✓ 4º Eixo estratégico – Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- ✓ 5º Eixo estratégico – Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional e eficaz.

No cumprimento das suas competências, o GTF de São Pedro do Sul, tem realizado diversas ações para fomentar o desenvolvimento sustentável dos espaços florestais do concelho ao longo dos últimos oito anos, nomeadamente implementando os cinco eixos estratégicos do PMDFCI.

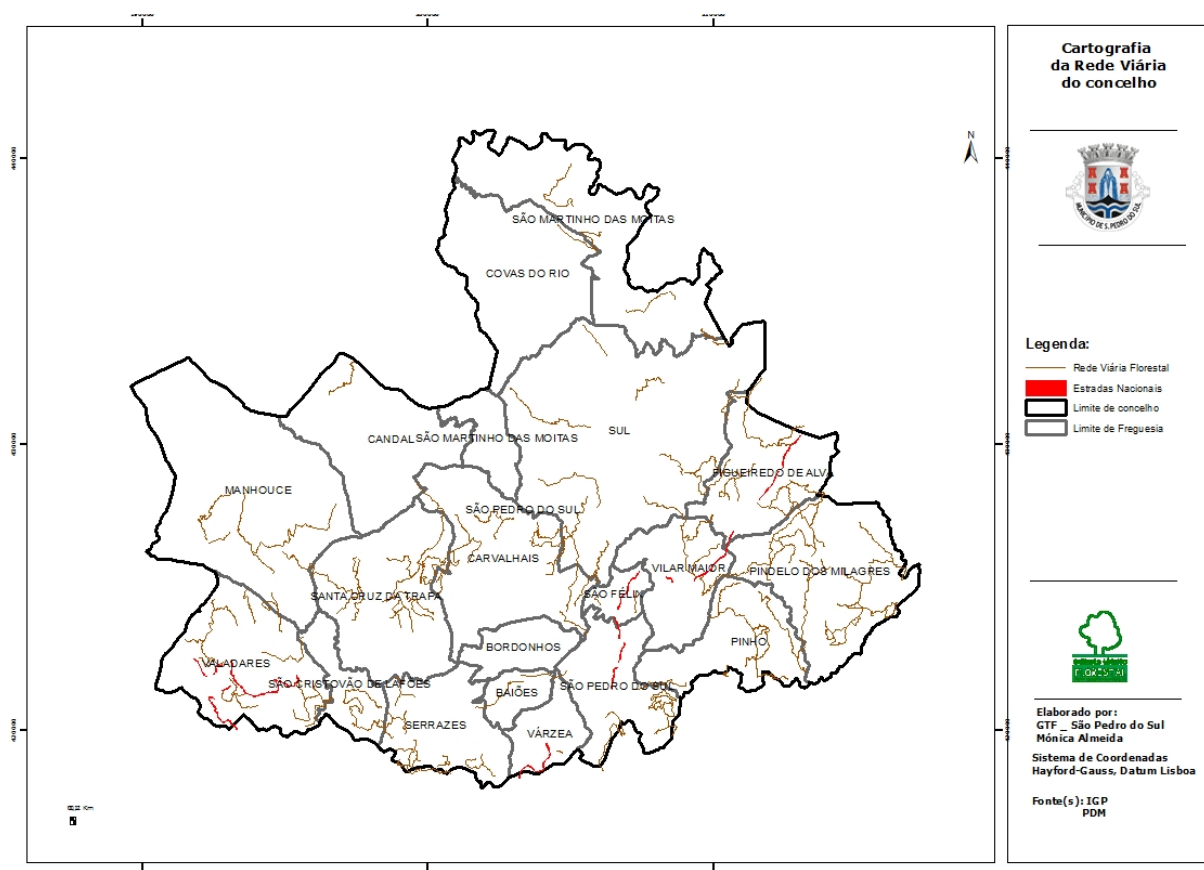
#### ***3.2.1 – 1º Eixo Estratégico: Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais***

Neste eixo de atuação é importante aplicar estrategicamente sistemas de gestão de combustível, desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à ação do fogo. Encontra-se intimamente ligado ao ordenamento do território e ao planeamento florestal.

Neste sentido o GTF de São Pedro do Sul planeou para os cinco anos de vigência do PMDFCI a rede de DFCI (rede primária, secundária e terciária) de forma a aumentar o nível de segurança das pessoas e bens e tornar o espaço florestal mais resiliente aos incêndios.

### Rede viária Florestal

A rede viária florestal (RVF) constitui um dos factores fundamentais para a valorização, protecção e usufruto pela sociedade dos espaços silvestres. Da multiplicidade de funções que a rede viária florestal desempenha, são de salientar em especial o acesso aos povoamentos e produtos florestais e ao recreio no espaço rural, todas elas integradas no planeamento florestal.



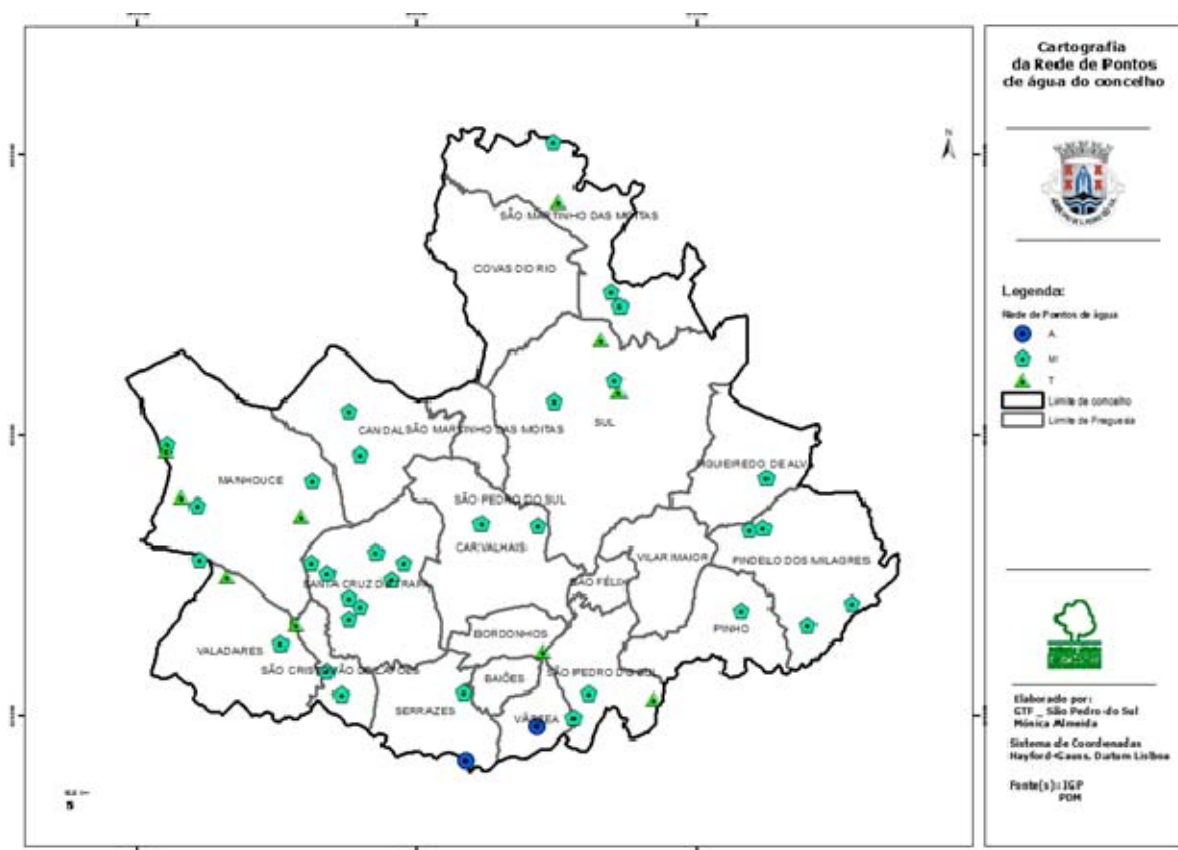
**Figura 14 - Mapa da rede viária florestal (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de São Pedro do Sul, GTF, 2012)**

Na Figura 14 é possível visualizar a distribuição da rede viária florestal do concelho, assim como das estradas nacionais. No concelho de São Pedro do Sul existem Estradas Municipais (104,2 quilómetros), da responsabilidade do Município, Estradas Nacionais (três, cinco

quilómetros), Estradas Regionais (2,2 quilómetro) e Autoestradas (0,9 quilómetro) da responsabilidade da empresa pública Estradas de Portugal, S. A..

### Pontos de água

A disponibilidade de pontos de água para abastecimento dos meios de combate aos incêndios florestais é um fator fundamental no combate aos incêndios florestais.



**Figura 15 - Mapa de pontos de água do concelho (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de São Pedro do Sul, GTF, 2012)**

De acordo com as alíneas a), b) e c) do Artigo 5º, da Portaria nº 133/2007 de vinte e seis de Janeiro, os pontos de água mistos, cumprem simultaneamente todas as especificações técnicas para o abastecimento de meios aéreos e terrestres, e são codificados com a letra «M», os pontos de água aéreos cumprem todas as especificações técnicas para o abastecimento de meios aéreos, e são codificados com a letra «A», os pontos de água terrestres cumprem todas as especificações técnicas para o abastecimento de meios terrestres, e são codificados com a letra «T».

Podemos verificar na Figura 15, que no concelho de São Pedro do Sul, existem quarenta e quatro pontos de água, sendo que: vinte e oito são reservatórios DFCCI, seis são albufeiras, cinco são tanques de rega, um é uma charca e quatro são naturais.

### Fogo controlado

O fogo controlado é uma técnica de gestão florestal, que reduz os combustíveis e diminui a sua suscetibilidade aos incêndios florestais no verão.



**Figura 16 - Fogo controlado na parcela de Sá, freguesia de Carvalhais (Almeida, M.; 2007)**

O Gabinete Técnico Florestal em articulação com a Unidade de Defesa da Floresta de Dão-Lafões, elaborou em dois mil e sete, um Plano de Fogo Controlado (PFC) para o concelho, aprovado pela CMDFCI a treze de Março de dois mil e sete.

Este plano tem como objectivo realizar uma técnica de gestão florestal económica, através da redução a carga de combustíveis e diminuir a suscetibilidade aos incêndios florestais, criar faixas de gestão de combustíveis, criar zonas de pastoreio com algum ordenamento e criar zonas tampão para minimizar o impacto de futuros incêndios florestais no maciço Serrano, nomeadamente freguesias de Sul, São Martinho das Moitas, Covas do Rio, Carvalhais e Candal. Pretende-se tratar zona de matos em dezanove parcelas, com uma área total de cento e cinquenta, cinquenta e três hectares com uma estimativa orçamental de treze mil novecentos e trinta e um euros e cinquenta e cinco cêntimos. Podemos ver na Figura 16, uma acção de

fogo controlado realizada em dois mil e sete, numa parcela do baldio da freguesia de Carvalhais no lugar de Sá, ocupada por matos com uma área de dez hectares. Até á data foram realizadas três ações de fogo controlado no âmbito do Plano de Fogo Controlado e tratados cinquenta hectares.

### Rede primária

O GTF, em colaboração com a Autoridade Florestal Nacional, implementou em dois mil e sete e dois mil e oito, a rede primária de faixas de gestão de combustíveis, de forma pioneira. Esta rede foi realizada com cerca de cinco mil e novecentos metros de comprimento por cento e vinte e cinco metros de largura. Os trabalhos decorreram em área de perímetro florestal, no caminho florestal que liga a Landeira, na freguesia de Santa Cruz da Trapa, à Arada, freguesia de Carvalhais em plena Serra da Arada. A ação foi coordenada pelo Gabinete Técnico Florestal e executada pelas equipas de Sapadores Florestais da região de Lafões (São Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades), como podemos ver na Figura 17.



**Figura 17 - Trabalhos no troço da rede primária: Landeira a Arada (Almeida, M.; 2007)**

A Comissão Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios, no âmbito das suas competências, aprovou a rede primária do distrito de Viseu, no dia trinta e um de Janeiro de dois mil e onze. A rede primária no concelho de São Pedro do Sul abrange as freguesias de: São Martinho das Moitas, Covas do Rio, Sul, Figueiredo de Alva, Pindelo dos Milagres, Pinho, São Pedro do Sul, Serrazes, São Cristóvão de Lafões, Santa Cruz da Trapa, Candal,

Valadares e Manhouce e Carvalhais. Segundo o nº 2 do Artigo 18º a rede primária deve ter uma largura não inferior a cento e vinte e cinco metros. Para a execução desta rede está previsto no PMDFCI um orçamento de cerca de quarenta e dois mil cento e trinta e um euros e dezasseis cêntimos.

### **3.2.2 - 2º Eixo Estratégico: Redução da incidência dos incêndios**

O elevado número de ocorrências no concelho, levou à necessidade de uma intervenção estruturada e a vários níveis, que passou por um conjunto de atividades que tiveram como objetivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que pode originar, atuando em duas vertentes, o controlo das ignições e da propagação. Neste sentido o GTF de São Pedro do Sul, realizou ao longo dos últimos oito anos acções de sensibilização e fiscalização. Dentro das acções de sensibilização previstas no PMDFCI, o GTF atuou no campo dos comportamentos de risco, identificados após uma avaliação dos pontos de início dos incêndios.

#### Placas de risco de incêndio

Tendo em conta o índice diário de risco de incêndio fora do período crítico e o número de ocorrências por uso indevido de fogo, em dois mil e sete, o GTF e o comandante do Posto Territorial da GNR de São Pedro do Sul, realizaram uma proposta de aquisição à Câmara Municipal de **placas de risco de incêndio**, para aplicar nas dezanove freguesias do concelho.



**Figura 18- Placa de risco de incêndio florestal na freguesia de São Martinho da Moitas (Almeida, M.; 2012)**

Na Figura 18, podemos ver um dos exemplos da aplicação das placas de risco de incêndio, para satisfazer as condições previstas no Capítulo V - Uso do fogo, do Decreto-lei nº 124/2006 com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 17/2009 de catorze de Janeiro.

Posteriormente foi articulado com os Presidentes da Junta de Freguesia, a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), a GNR e o GTF o funcionamento da atualização do risco de incêndio. Este trabalho de atualização diária é efetuado pelos Presidentes da Junta, quando recebem um SMS da ANPC e verificado pelos elementos do Posto Territorial da GNR.

#### Ação de sensibilização para bombeiros e sapadores florestais

O Plano Nacional Defesa da Floresta Contra Incêndios, acentua a necessidade de uma ação concreta e persistente na política de sensibilização, no aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão do risco, bem como no desenvolvimento de sistemas de gestão e de ligação às estruturas de prevenção, deteção e combate, reforçando a capacidade operacional.



**Figura 19 - Ação de sensibilização para bombeiros e sapadores florestais em Santa Cruz da Trapa (Almeida, M.; 2011)**

Atendendo à necessidade demonstrada pelos comandantes das três corporações de bombeiros e pelos coordenadores das equipas de sapadores florestais, foram realizadas durante três anos consecutivos (2009 a 2011), **sessões de sensibilização** no âmbito da defesa da floresta contra

incêndios na sede dos Bombeiros Voluntários de Salvação Pública de São Pedro do Sul, Bombeiros Voluntários de São Pedro do Sul e Bombeiros Voluntários de Santa Cruz da Trapa. Podemos ver na Figura 19, uma das ações que envolveram a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a GNR os Presidentes das Juntas de Freguesia e foi dirigida ao corpo ativo dos bombeiros e aos elementos das equipas de sapadores florestais do concelho num total de cinquenta e cinco participantes.

### Comemoração do Dia Mundial da Floresta

A vinte e um de março comemora-se o Dia Mundial da Árvore ou da Floresta, estabelecido pela Food and Agriculture Organization (FAO) em mil novecentos e setenta e um. As comemorações do Dia da Árvore, em Portugal remontam ao início deste século, mas nos Estados Unidos da América iniciaram-se no século XIX. No Nebraska, em mil oitocentos e setenta e dois, face à escassez de material lenhoso a população decidiu dedicar um dia à plantação de árvores. Inicialmente, a comemoração não tinha um dia fixo. Muitos países se seguiram nesta iniciativa, tendo a primeira "Festa da Árvore" sido comemorada, em Portugal, em março de mil novecentos e treze.

A festa passou da Árvore à da Floresta quando, em mil novecentos e setenta e um, a FAO estabeleceu o "Dia Florestal Mundial" com o objetivo de sensibilizar as populações para a importância da floresta na manutenção da vida na Terra. Em Portugal, foi celebrado, em mil novecentos e setenta e dois, o primeiro Dia Mundial da Floresta, tendo sido escolhida, como em muitos outros países do Hemisfério Norte, a data de vinte e um de março, o primeiro dia da Primavera. (ICNF, 2012)

Neste contexto, o GTF de São Pedro do Sul tem ao longo dos últimos anos, com os GTF dos Municípios de Vouzela e Oliveira de Frades, promovido a **Semana Florestal**, em sistema de intermunicipalidade de Lafões, uma vez que as características florestais e dificuldades com que se deparam são similares. São realizadas atividades com um programa variado que envolve todos os escalões etários, desde os jardim-de-infância até aos seniores, passando pelo mercado tradicional de produtos, agrícolas, florestais e artesanais, plantação e sementeira de árvores terminando com a realização de um seminário.

Conforme está explícito no cartaz do Anexo 2. Podemos ver na Figura 20, a realização dos jogos florestais, envolvendo cento e cinquenta seniores dos municípios de Lafões, no lenteiro do rio, freguesia de São Pedro do Sul em dois mil e doze.



**Figura 20 - Semana da Floresta, jogos de seniores, Lenteiro do rio, São Pedro do Sul (Almeida, M.; 2012)**

### Organização de percursos pedestres em espaços florestais

Das acções de sensibilização realizadas pelo GTF nos últimos anos, os percursos pedestres são uma das que se destaca pelo envolvimento das populações na valorização e preservação do seu património natural. Neste sentido, é realizada uma acção de sensibilização no início de todos os percursos, conforme podemos ver na Figura 21. Os percursos pedestres proporcionam uma atividade desportiva que contribuiu para a sensibilização ambiental e cultural, e para o desenvolvimento sustentável, sendo também um propósito para a manutenção e conservação dos caminhos rurais e do património.

Foram realizados vários percursos pedestres da responsabilidade do GTF em colaboração com o Turismo Municipal, nomeadamente na Serra da Arada, Sítio Rede Natura 2000, divulgando o património natural, artesanal e cultural e envolvendo as comunidades que ainda

resistem na serra, para divulgação dos produtos artesanais e gastronómicos. Podemos ver um dos cartazes de divulgação no Anexo 4.



**Figura 21 - Esclarecimento sobre o património natural antes de iniciar a caminhada – Covas do Rio (Almeida, M.; 2012)**

### Ano Internacional da Floresta 2011

As florestas são uma fonte de alimentos, de matérias-primas, de medicamentos e fornecem uma ampla gama de serviços ambientais, incluindo a conservação da biodiversidade, o abastecimento de água, o sequestro de carbono, o controlo de inundações e proteção contra a erosão do solo e a desertificação. Desempenham um papel vital na manutenção da estabilidade do clima global e o do ambiente e são vitais para a sobrevivência e o bem-estar das pessoas em todo o mundo. (Guimarães, 2011)

Para sensibilizar a comunidade escolar no âmbito do Ano Internacional das Florestas, o GTF preparou uma atividade que passou pela divulgação de uma exposição itinerante, (Figura 22) a apresentação do filme oficial da Autoridade Florestal Nacional e distribuição de panfletos e cartazes. Decorreu de três de outubro a dezasseis de dezembro, abrangendo mil duzentos e cinco alunos.



**Figura 22 – Exposição do Ano Internacional das Floresta na Escola EB 2, 3 de São Pedro do Sul (Almeida, M.; 2011)**

### Comemoração do Dia da Floresta Autóctone

O Dia da Floresta Autóctone foi instituído para promover a conservação das florestas naturais, realçando a sua importância económica e ambiental e a necessidade de as proteger.



**Figura 23 - Grupo de alunos, voluntários e organização no Baldio da Cárcoda (Almeida, M.; 2012)**

Podemos ver na Figura 23, o grupo de trabalho com os voluntários que no dia vinte e três de novembro, enquadrado nestas comemorações, promoveu uma ao plantio do baldio de Carvalhais atingidas pelos incêndios de dois mil e dez, em parceria com a Junta de Freguesia de Carvalhais, a Escola Profissional de Carvalhais, a empresa Dietmed e o banco local de voluntariado. No Anexo 3, podemos ver o cartaz de divulgação da atividade.

### Ações de Fiscalização

Previstas nas orientações constantes no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios estão as acções de fiscalização, o GTF de São Pedro do Sul tendo presente as várias situações de risco de incêndio nos aglomerados rurais com interface com floresta promoveu diversas ações neste sentido para cumprimento da legislação em vigor.

Podemos ver na Figura 24, a técnica do GTF com os fiscais municipais, a realiza trabalho de campo, para levantamento das situações de incumprimento para posterior instrução de processo das situações de maior risco para pessoas e bens, no âmbito do cumprimento do Artigo 15º do Decreto-lei nº 124/2006 com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 17/09 de catorze de janeiro.



**Figura 24 - Fiscalização municipal de prevenção na Freguesia de Baiões (Almeida, M.; 2012)**



Para a implementação do 3º eixo estratégico, o GTF tem desenvolvido trabalho no sentido de articular os meios de vigilância e deteção, de forma a cobrir todo o território do concelho, conforme podemos ver na Figura 25.

Programa: Voluntariado Jovem para as Florestas

Esta acção foi desenvolvida também com o apoio do Programa de Voluntariado Jovem para as Florestas, promovido desde dois mil e cinco a dois mil e onze com a participação no total de duzentos e vinte e quatro jovens. Esta acção foi realizada em articulação com o Instituto Português da Juventude e a Direção Geral dos Recursos Florestais, tem como principais objetivos incentivar a participação dos jovens dos dezoito aos trinta anos na preservação da floresta e reduzir o flagelo dos incêndios.

Podemos ver na Figura 26, dois jovens voluntários para as florestas, a realizar trabalho de vigilância dos espaços florestais, no lugar do campo de futebol da Cobertinha na freguesia de Vila Maior.



**Figura 26 - Jovens Voluntárias para a Floresta na freguesia de Vila Maior (Almeida, M.; 2010)**

Após a necessária formação dada pela técnica do GTF, os jovens voluntários realizam atividades de sensibilização das populações para o risco de incêndio, vigilância e alerta de ocorrências, garantindo assim uma menor probabilidade de ocorrência de incêndios florestais.

### **3.2.4 – 4º Eixo Estratégico: recuperar e reabilitar os ecossistemas**

Na recuperação das áreas ardidadas pretendeu-se conduzir um programa específico dirigido para esse efeito, aplicando as orientações estratégicas do conselho Nacional de Reflorestação, do Plano Regional de Ordenamento Florestal, para evitar a degradação de recursos e infraestruturas. Para concretização deste eixo estratégico, o GTF garantiu o apoio logístico e humanitário às áreas ardidadas, assim como avaliou e mitigou os impactos causados pelos incêndios florestais. Deste modo foi implementada uma estratégia de reabilitação a médio/longo prazo para cada situação nomeadamente nos grandes incêndios de dois mil e cinco e dois mil e dez, através das seguintes ações:

- a) Avaliar as necessidades potenciais de ações de emergência e de reabilitação, para evitar a degradação de recursos e infraestruturas a curto e médio prazo;
- b) Elaboração de um plano de recuperação de áreas ardidadas, sempre que se justifique.

Neste contexto, surgiu o projeto: ensaio de monitorização do processo germinativo de lotes de sementes aplicados na aero-sementeira realizada na Serra da Arada



**Figura 27 - Parcelas em estudo na Serra da Arada – Bioparque (Almeida, M.; 2012)**

Após o grande incêndio de agosto de dois mil e dez, onde arderam cinco mil hectares e maioritariamente no Perímetro Florestal de São Pedro do Sul, a Autoridade Florestal Nacional em colaboração com o Município elaborou o projeto PRODER sub-ação 2.3.2.1 numa área de quatrocentos e quarenta hectares, com o objetivo de minimização da erosão pluvial das encostas, reposição da operacionalidade de infraestruturas viárias e controlo do escoamento hidráulico de águas pluviais, aplicando duas metodologias: o tratamento e proteção de encostas e o tratamento de caminhos florestais.

O tratamento e proteção de encostas foram feitos através de sementeira de pinheiro bravo, com meios aéreos, devido às dificuldades de acesso e declives. O GTF, a Autoridade Florestal Nacional e o Instituto Politécnico de Viseu realizaram um ensaio de monitorização do processo germinativo de lotes de sementes aplicados na aero-sementeira realizada na Serra da Arada, no Parque Florestal do Pisão (Bioparque), na Freguesia de Carvalhais em plena Serra da Arada. Foram realizados trabalhos de marcação e preparação do terreno, sementeira, rega, monitorização e recolha de dados conforme podemos ver na Figura 27.

O papel do GTF passou numa fase inicial do projecto pela identificação das infraestruturas a beneficiar e situações de necessidades de reabilitação ou estabilização de emergência. Posteriormente na fase da instalação do ensaio, realizou tarefas selecção do local, contacto com o Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais, proprietário do espaço pretendido no Baldio para autorização da instalação das parcelas, rega, monitorização e recolha e dados.

### ***3.2.5 – 5º Eixo Estratégico: Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz***

A adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz, foi melhorada ao longo dos últimos 8 anos, através da integração dos esforços das múltiplas instituições e agentes envolvidos na DFCI, com trabalho de equipa e avaliação dos resultados pela CMDFCI, nomeadamente:

- a) Definir o organismo/quadro com todas as entidades existentes no município com competências ao nível dos diferentes eixos estratégicos do PMDFCI, explicitando as suas atribuições e principais responsabilidades na execução das ações do plano.

- b) Estabelecer o processo de monitorização do PMDFCI, incluindo a contribuição de cada entidade para a elaboração de relatório anual de avaliação e recomendações de melhoria do plano.

Para a concretização destes objetivos, o GTF elaborou o regulamento interno de funcionamento da CMDFCI, nos moldes do regulamento de funcionamento da CDDFCI, para a uniformização de procedimentos. Foram estabelecidas as reuniões obrigatórias e assuntos a debater, nomeadamente o cumprimento do número dois do Artigo 5.º *“A Comissão reúne ordinariamente em janeiro para aprovação do PMDFCI, sua monitorização, revisão e atualização e todos os outros assuntos relevantes para a Defesa da Floresta, em abril (até dia quinze) para aprovação do POM e em outubro para análise da época de incêndios.”*

## CAPÍTULO 4 – CONCRETIZAÇÃO DAS TAREFAS DO GTF DE SÃO PEDRO DO SUL: INQUÉRITO AOS PRESIDENTES DE JUNTA

Para avaliar as atribuições e competências do GTF de São Pedro do Sul, foi elaborado um inquérito subdividido pelas tarefas operacionais, tarefas de planeamento, gestão e controlo e tarefas de formação e sensibilização, no sentido de aferir quais as tarefas mais realizadas e menos realizadas e as razões dessas apreciações. O questionário foi posteriormente aplicado aos dezanove Presidentes da Junta de Freguesia do concelho e reuniu 100% de adesão. A elaboração do questionário teve em conta os itens previstos na legislação e nos protocolos estabelecidos entre as autarquias e os GTF. AS questões foram construídas recorrendo a redação e terminologia da própria legislação. (Anexo 5).

### 4.1 Avaliação das tarefas operacionais

As tarefas operacionais protocoladas estão relacionadas com o acompanhamento e implementação no terreno das diversas infraestruturas previstas no Plano Municipal Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e englobam diferentes acções, nomeadamente a rede viária florestal, a rede de pontos de água, as faixas de gestão de combustíveis, a identificação de zonas vulneráveis, a intervenção prioritária, a inventariação de meios e recursos e a capacidade de recuperação após incêndio.

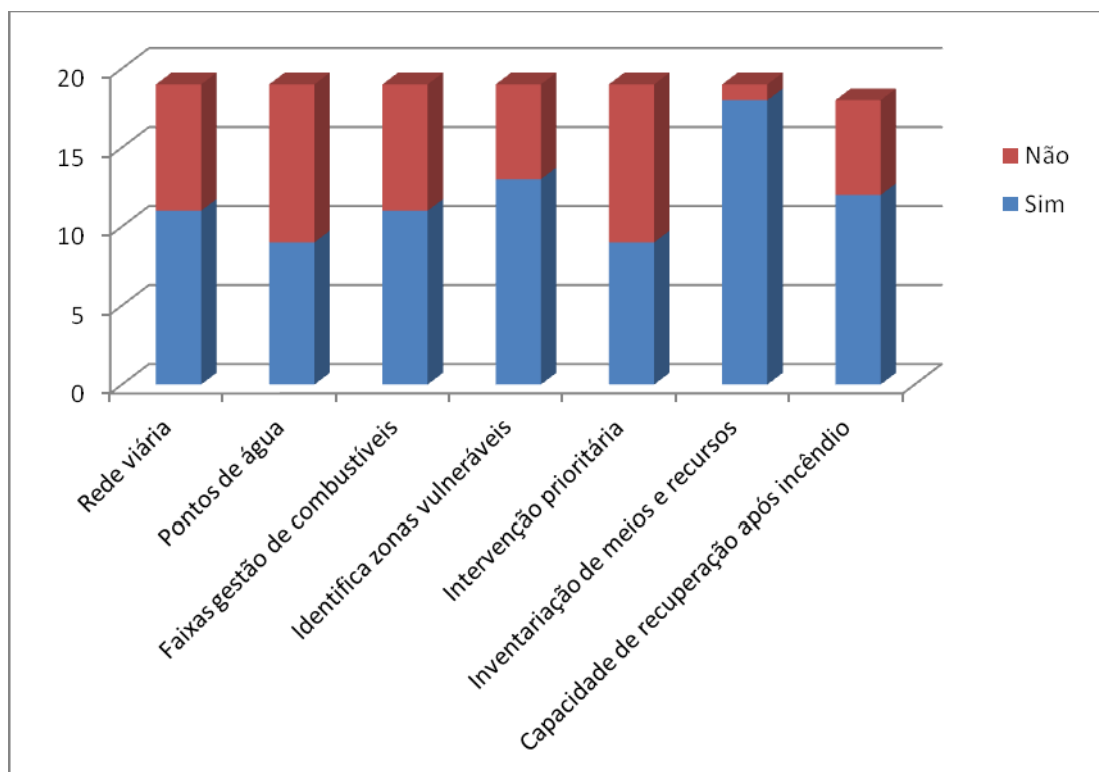


Figura 28 - Concretização das tarefas operacionais

Verificamos que as respostas dos Presidentes da Junta sobre as tarefas operacionais, (Figura 28) que estes consideram que as ações menos concretizadas foram em primeiro lugar, a intervenção prioritária e em segundo lugar a criação e manutenção dos pontos de água

Relativamente à criação e manutenção das Faixas de Gestão de Combustíveis, as respostas embora maioritariamente positivas, (onze), tem oito respostas negativas, conforme podemos ver na Figura 28. Demonstra que existe trabalho realizado, mas não é suficiente. As FGC são da responsabilidade de várias entidades, nomeadamente a Energias de Portugal, SA - EDP nas linhas de média e alta tensão, das Estradas de Portugal, SA nas Estradas Nacionais e Regionais, e da Câmara Municipal nas estradas municipais, assim como os particulares nas faixas junto a edifícios em interface com espaço florestal.

Quanto à identificação das zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios e a capacidade de intervenção prioritária em áreas vulneráveis, foi considerado pela maioria dos Presidentes da Junta, que o GTF realiza estas tarefas, no entanto existem alguns Presidentes de Junta que não consideram realizada (seis), (Figura 28). Neste sentido o GTF deve arranjar forma de divulgar o serviço técnico realizado, uma vez que não tem visibilidade social como outras ações em que é realizada divulgação (cartazes, párocos nas igrejas, comunicação social local)

Podemos verificar na Figura 28 que, a inventariação de meios e recursos existentes tem um resultado muito positivo (dezoito), porque os Presidentes de Junta são anualmente contactados pelo GTF, no âmbito da preparação do Plano Operacional Municipal, antes do Período Crítico, para atualizarem a lista de meios de recursos existentes, logo é uma tarefa que reconhecem que o GTF de São Pedro do Sul promove.

Pela análise do gráfico, na Figura 28, a avaliação da capacidade de recuperação do território municipal em caso de incêndio foi considerada realizada por doze Presidentes de Junta de Freguesia e seis consideram que não foi. Sempre que existe um incêndio florestal, o GTF realiza acompanhamento Técnico, avaliação dos danos e apresentação das necessárias propostas de reabilitação.

## 4.2 Avaliação das tarefas de planeamento, gestão e controlo

As tarefas de planeamento, gestão e controlo protocoladas estão relacionadas com a elaboração e atualização do PMDFCI e englobam diferentes acções técnicas, nomeadamente a identificação dos sistemas de vigilância e detecção, definição dos organismos/quadro com as entidades existentes no município com competências ao nível dos diferentes eixos estratégicos do plano, a centralização da informação relativa aos incêndios florestais, o planeamento das necessidades potenciais de ações de emergência e estabelecimento de planos de reabilitação e elaboração atempada de planos de reequipamento.

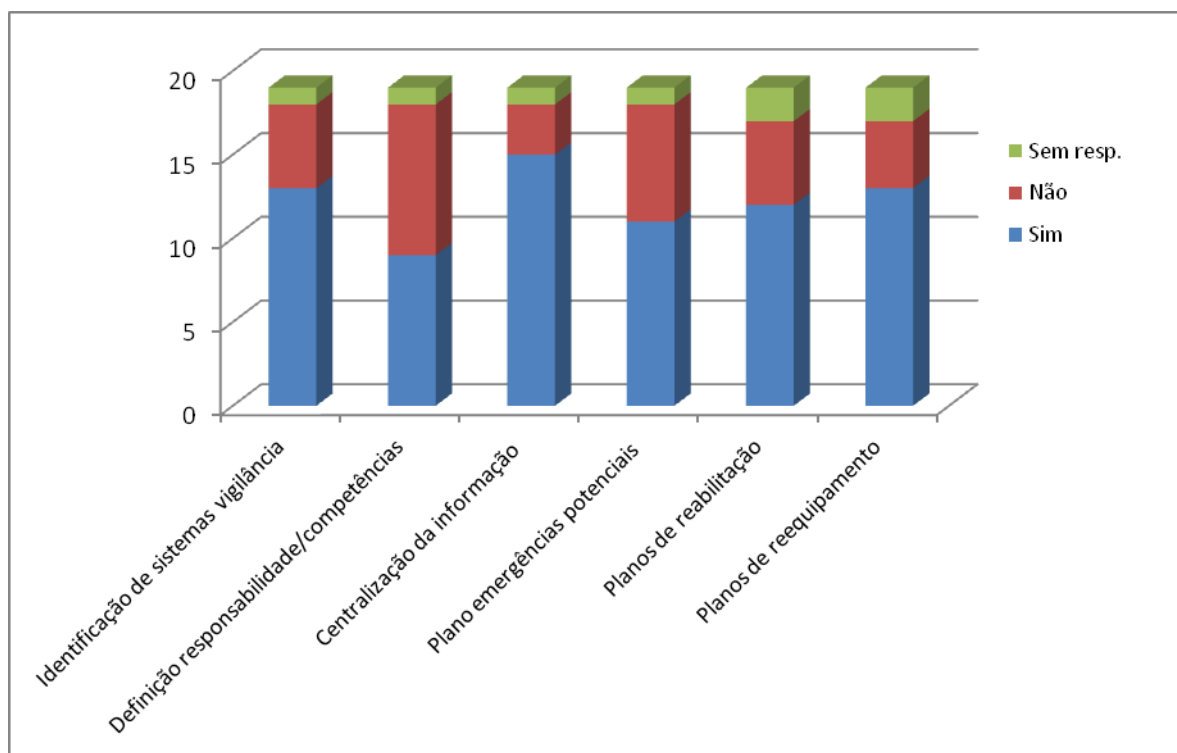


Figura 29 – Concretização das tarefas de planeamento, gestão e controlo

Ao avaliarmos os resultados do tratamento de dados dos inquéritos das Tarefas de Planeamento, Gestão e Controlo, ilustradas na Figura 29, tarefas estas diretamente relacionadas com o PMDFCI, percebemos que o número de Presidentes da Junta de Freguesia que não responderam aumentou, comparativamente com as Tarefas Operacionais. Embora a CMDFCI tenha um representante das Juntas de Freguesia, que participa em todas as reuniões e na elaboração e atualização do documento, há falta de conhecimento dos Presidentes de

Junta das tarefas de planeamento. A disponibilização do PMDFCI, até à data, na página oficial do Município também parece não resultar para melhorar esse conhecimento.

Relativamente à centralização da informação relativa aos incêndios florestais (áreas ardidas, pontos de início e causas de incêndio) é das poucas tarefas onde não deveria existir questões “sem resposta”, visto que anualmente todos são convocados para o balanço da situação. Foi explicitado no ponto 3.2.5 deste documento, que a CMDFCI reúne anualmente em Outubro, para análise da época de incêndios, onde são apresentadas todas as ocorrências e áreas ardidas. No entanto alguns Presidentes de Junta afirmam não haver centralização e outros não respondem, conforme podemos verificar na Figura 29.

A identificação de todos os sistemas de vigilância e deteção, responsabilidades, procedimentos e objetivos, teve treze avaliações positivas cinco negativas e uma sem resposta, Figura 29. Esta tarefa consta do POM, e é anualmente articulada com os Presidentes da Junta nomeadamente para o posicionamento dos locais estratégicos de estacionamento.

A definição do organismo/quadro com todas as entidades existentes no município com competências ao nível dos diferentes eixos estratégicos do PMDFCI, explicitando as suas atribuições e principais responsabilidades na execução das ações do plano e planeamento das necessidades potenciais de ações de emergência é a que tem maiores valores negativos com nove respostas negativas e sete positivas respetivamente (Figura 29).

A definição dos organismos e respetivas competências estão explícitas no Plano Operacional Municipal, que é atualizado anualmente e apresentado para posterior aprovação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios até 15 de Abril.

### 4.3 Tarefas de formação e sensibilização

As tarefas de formação e sensibilização protocoladas estão relacionadas com informação e sensibilização às populações sobre a Defesa da Floresta Contra Incêndios e englobam diferentes acções, nomeadamente a informação à população e entidades sobre incêndios registados e risco de incêndio, sensibilização das populações, e formação e treino para técnicos.

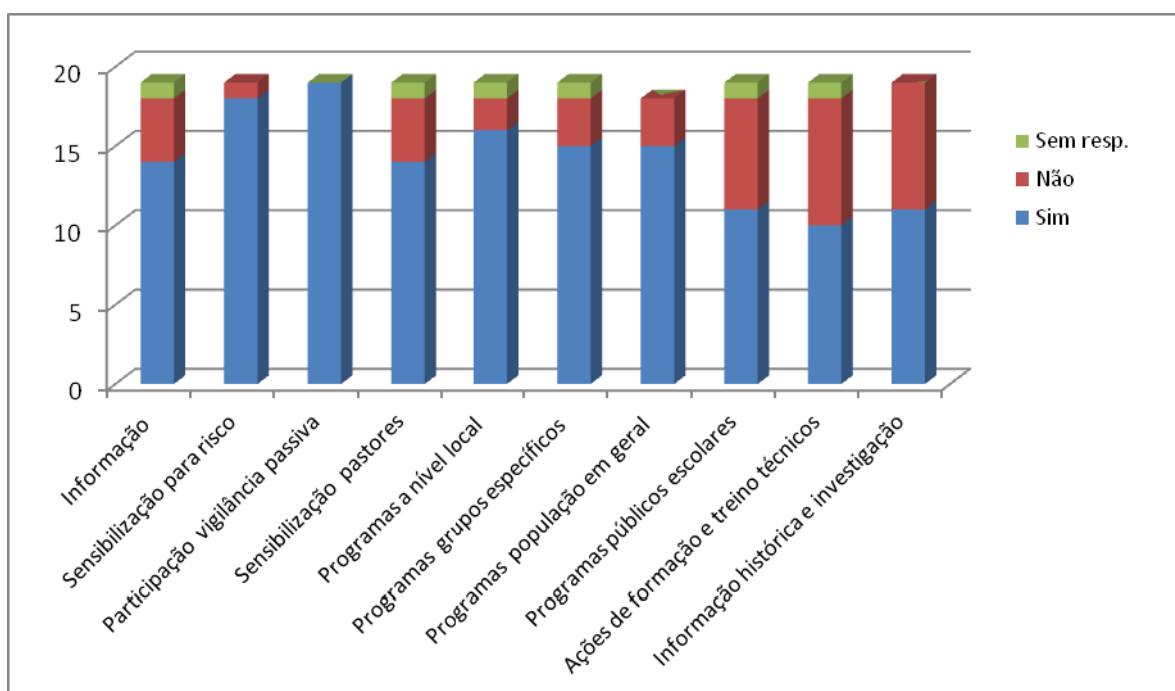


Figura 30 - Concretização das tarefas de formação e sensibilização

Na análise do gráfico da Figura 30, verificamos que a informação às populações e entidades sobre incêndios registados e risco de incêndio, teve resultados maioritariamente positivos o que se pode dever a dois fatores, à existência de um projeto do GTF com a GNR, e a ANPC desde dois mil e sete, para a instalação nas dezanove freguesias do concelho, de uma placa de informação do risco de incêndio. E à reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em outubro onde é disponibilizada toda a informação do número de ocorrências, local de início e áreas ardidadas para avaliação e melhoria de procedimentos.

Relativamente à sensibilização das comunidades para os comportamentos de risco (Figura 30) foi a tarefa com maior número de respostas positivas, o que pode refletir o facto de se terem realizado ações de sensibilização no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios em todas as Juntas de Freguesia, envolvendo os Presidentes da Junta na organização e divulgação.

Podemos ver na Figura 30, que o resultado sobre os programas dirigidos aos públicos escolares, com dez respostas positivas, sugere necessidade de melhoria no envolvimento dos Presidentes de Junta nas ações de sensibilização preparadas anualmente, nomeadamente, comemoração do Dia Mundial da Floresta que abrange todos os Jardim-de-infância e Escolas de primeiro ciclo do concelho.

O incentivo ao envolvimento e participação na vigilância passiva teve cem por cento de respostas positivas, (Figura 30) o que sugere que se conseguiu passar a mensagem nas ações de sensibilização para a população em geral, alertando-a para a importância de serem cidadãos atentos e ativos.

#### **4.4 Análise global dos resultados das entrevistas**

A análise global foi realizada de forma percentual por ação das tarefas protocoladas nomeadamente as operacionais, de planeamento gestão e controlo, de formação e sensibilização. Permite-nos concluir através do gráfico resultante, sobre qual a ação mais e menos realizada por tarefa.

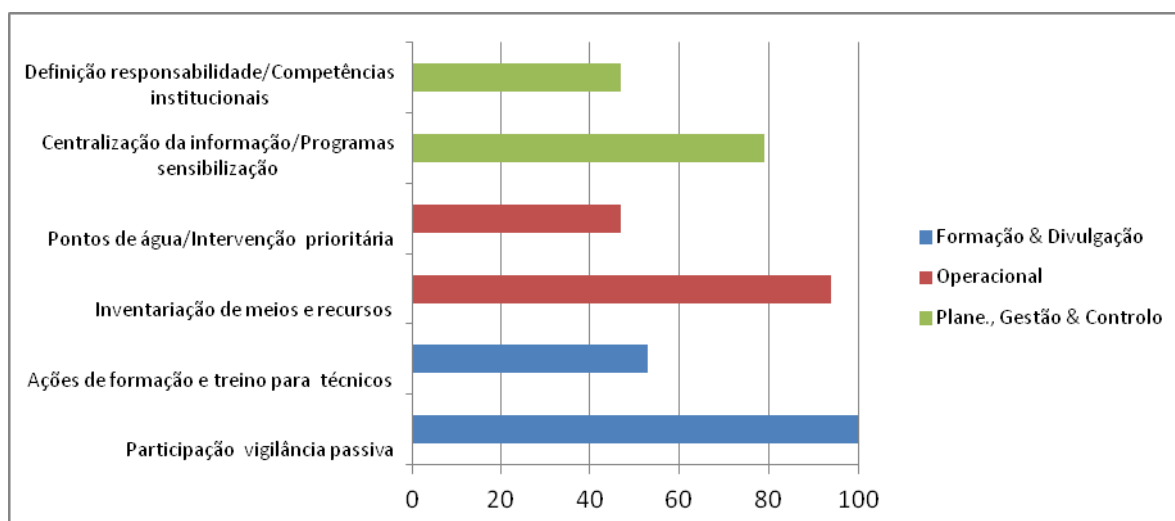


Figura 31 – Análise por tarefa da mais e menos realizada

Podemos verificar na análise do gráfico da Figura 31, que as tarefas protocoladas que os Presidentes da Junta de Freguesia consideraram mais realizadas são as Tarefas de Formação e Sensibilização, nomeadamente a ação: incentivo ao envolvimento e participação da vigilância passiva com cem por cento. Este resultado prende-se com as diversas ações de sensibilização realizadas com as Juntas de Freguesia e os outros agentes de DFCI no sentido de diminuirmos o número ocorrências e área ardida.

A tarefa menos realizada deste grupo é a ação de formação e treino para técnicos, (Figura 31) esta ação está prevista no protocolo de colaboração com a APIF, que descrevo no ponto 3.1 e é uma ação exclusiva para os técnicos do GTF, as participações técnicas nas reuniões e formações de serviço fora do concelho, não têm visibilidade para os Presidentes de Junta.

Quanto às Tarefas de Planeamento, Gestão e Controlo, a centralização da informação relativa aos incêndios florestais (áreas ardidas, pontos de início e causas de incêndio) é a que tem melhores resultados, (Figura 31).

O planeamento de ações potências de emergência, tem piores resultados neste grupo (Figura 31), porque as ações pontuais e essencialmente de trabalho técnico de avaliação e acompanhamento.

Verificamos na Figura 31 que relativamente às tarefas de operacionais, a considerada mais realizada foi a inventariação de meios e recursos, uma vez que os Presidentes de Junta são anualmente para a elaboração do POM.

A menos realizada foi a capacidade de intervenção prioritária em áreas mais vulneráveis conforme podemos ver na Figura 31.

Conclui-se que os Presidentes de Junta consideram que as tarefas operacionais relacionadas com os pontos de água e a intervenção prioritária em zonas vulneráveis e a tarefa de planeamento e gestão, definição de competências institucionais, são aqueles em que houve menos capacidade de resposta relativamente ao protocolo.

As tarefas com maior índice de realização são as de Formação (em particular participação na vigilância ativa e sensibilização para o risco), assim como a tarefa operacional, inventariação de meios e recursos

## **CONCLUSÃO**

No final deste trabalho podemos concluir que o GTF de São Pedro do Sul, tem realizado trabalho no sentido de melhorar a estrutura municipal de defesa da floresta contra incêndios, articulando meios, entidades e recursos para a valorização dos espaços florestais e diminuição do flagelo dos incêndios.

O GTF, no âmbito das suas competências, tem planeado e desenvolvido atividades no sentido de criar ao nível municipal um sistema de defesa da floresta contra incêndios, que resulte num concelho mais próximo da natureza, com uma população mais sensibilizada, proactiva e com maior respeito pelos espaços florestais.

Relativamente às tarefas desenvolvidas e analisadas pelo GTF podemos concluir que:

- a) Para a concretização das tarefas operacionais, deve haver uma maior articulação de serviços municipais e Juntas de Freguesia, para se concretizarem as obras de criação e manutenção de infra estruturas florestais, essencialmente os pontos de água e os caminhos florestais.
- b) As tarefas de planeamento, gestão e controlo, são as tarefas em que deve haver um esforço do GTF no envolvimento das Juntas de Freguesia no Planeamento, nomeadamente na elaboração e atualização do PMDFCI e POM, para maior interesse e responsabilização dos agentes locais.
- c) As tarefas de formação e sensibilização são as tarefas com melhores resultados, deve ser mantida uma política de continuidade no sentido de abranger toda a comunidade na valorização do património florestal de forma a serem cidadão mais próximos da natureza.

Os pontos fortes do GTF de São Pedro do Sul são a formação e sensibilização, onde tem havido uma aposta estruturada e constante, nomeadamente na divulgação das regras de defesa da floresta contra incêndios na comunidade em geral e a sensibilização da comunidade escolar para os valores ambientais e económicos e sociais do espaço florestal.

Os pontos fracos do GTF de São Pedro do Sul são o número de grandes incêndios no concelho, mesmo existindo uma melhoria visível na organização da estrutura de meios e recursos antes do período crítico, ordenamento do território e sensibilização das populações.

Tendo em conta as características do território os meios e recursos existentes, sugere-se uma melhoria na eficiência da estrutura de 1ª intervenção de forma a evitar incêndios de grandes dimensões que pelas características do território principalmente a Noroeste do concelho se tornam difíceis de combater.

Importa interromper com o ciclo de incêndios de grandes dimensões que se concentram a Noroeste do concelho no maciço serrano, com um esforço de articulação da estrutura de combate e os agentes de proteção civil.

## **BIBLIOGRAFIA**

- DECRETO-LEI n.º 140/99. “D. R. 96. SÉRI I-A” (24-04-99) 2182
- DECRETO-LEI n.º 17/2009. “D. R. 1º SÉRIE” 9 (14-01-09) 273
- LEI n.º 12/2006. “D. R. I SÉRIE A” 67 (04-04-06) 2410
- DECRETO-LEI n.º 133/2007. “D. R. 1º SÉRIE” 19 (26-01-07) 700
- DECRETO REGULAMENTAR n.º 7/2006. “D. R. 1º SÉRIE” 137 (18- 07- 06) 4971
- DECRETO-LEI n.º 127/2005. “D. R. I SÉRIE A” 150 (05-08-05) 4221
- DECRETO-LEI n.º 15/2009. “D. R. 1º SÉRIE” 19 (14-01-09) 254
- DECRETO-LEI n.º 140/99. “D. R. I – A” 96 (24-04-99) 2183
- DECRETO-LEI n.º 209/98. “D. R. – I SÉRIE” – A (15-7-98) 3389
- LEI n.º 20/09. “D. R. 1ª SÉRIE” (12/05/09) 2827
- DESPACHO n.º4345/12. “D. R. 2ª SÉRIE “ 62 (27-03-12) 10952
- RESOLUÇÃO DE CONSELHO DE MINISTROS n.º 65/2006. “D. R. I SÉRIE-B” (26-05-06) 3511
- Carvalho., J. B.; Lopes, P. L. (2001) *Manual do Utilizador: Classificação de incêndios Florestais*; Direção Geral das Florestas; Lisboa
- *Censos* (1991, 2001 e 2011). Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- Coelho, C., S., Pinheiro, A., Carvalho, T., Boulet, A.-K., Ferreira, A.. (2010.) *Recuperação de áreas ardidadas; Técnicas para a minimização da Erosão e escorrência Pós fogo*. Universidade de Aveiro, Center for Environmental and Marine Studies.
- Coutinho, J. M. P.. (2009) *Incêndios Florestais Causas e Atitudes*; Númena, Porto Salvo.
- Direção Geral Recursos Florestais (2005). *Plano Regional de Ordenamento Florestal Dão-Lafões*. Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Lisboa.

- Direção de Unidade de Defesa da Floresta, (2010), *Manual de Tratamento da Informação Geográfica Associada a Terrenos Percorridos por Incêndios*, Autoridade Florestal Nacional
- Direção de Unidade de Defesa da Floresta. (2012). *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, Guia Técnico*; Autoridade Florestal Nacional.
- Direção Geral dos Recursos Florestais (2006). *Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios*. (2006) Direção Geral dos Recursos Florestais, Lisboa
- G.A.I.O. (2007) *As novas políticas municipais, o caso da prevenção e combate aos incêndios florestais*. Governo Civil do Distrito de Viseu, Viseu.
- Guimarães, F. A. (2011). *Ano internacional das Florestas*. Mensagem do Presidente da Comissão Nacional da UNESCO.  
[http://www.florestas2011.org.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=61&Itemid=85](http://www.florestas2011.org.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=61&Itemid=85). (consultado em setembro 2012).
- ICNF (2012). *Rede Natura 2000*. <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000> (consultado em Setembro de 2012).
- Julião, R. P.; Nery, F.; Ribeiro, J. L.; Branco, M. C.; Zêzere, J. L. (2009) *Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal*; Autoridade Nacional de Proteção Civil
- Moreira, F.; Catry, F.X.; Silva, J. S.; Rego, F..(2010) *Ecologia do Fogo e Gestão de áreas Ardidas*; IFAP.
- *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios*. (2009) Câmara Municipal de São Pedro do Sul, São Pedro do Sul
- *Plano Operacional Municipal*. (2012) Câmara Municipal de São Pedro do Sul, São Pedro do Sul
- *Prevenção, Detecção e combate de Fogos Florestais*. (2005) Fundação Luso-Americana, Lisboa

- Ribeiro, Mário Araújo. (1999) *O Maciço da Gralheira, da Freita ao São Macário; um guia com algumas crónicas*; Câmara Municipal de Arouca, Arouca
- Viana., H.; Amaral, N.; Ladeira, R.. (2005) *O risco de incêndio no distrito de Viseu uma visão integrada das estruturas existentes*, Governo Civil do Distrito de Viseu, Viseu.

## **ANEXOS**

## **Anexo 1 – Caraterização dos pontos de água do concelho**



Rede Principal de Pontos de Água

| Freguesia<br>COD_INE              | Designação do Ponto<br>de Água | Coordenadas Rectangulares (Lisboa<br>Hayford-Gauss IGeoE) | Classificação | A     | L     | C     | V                    | Tipo de<br>Proprietário | Foto |
|-----------------------------------|--------------------------------|---|---------------|-------|-------|-------|----------------------|-------------------------|------|
| Bordinhos<br>181602               | PA do Cruzeiro                 | 204500,83/422314,04                                       | SPS.RS.T1.001 | 1,65m | 4,20m | 6,30m | 43,66m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |
| Candal<br>181603                  | PA de Póvoa das Leiras         | 197573,69/430857,60                                       | SPS.TQ.T1.002 | 1,40m | 10,0m | 20,0m | 280m <sup>3</sup>    | COM                     |      |
| Candal<br>181603                  | PA da Fragrinha                | 198017,23/429308,69                                       | SPS.AB.M1.003 |       |       |       |                      | COM                     |      |
| Carvallhais<br>181604             | PA Belgão                      | 204337,70/426791,66                                       | SPS.RS.M1.004 | 2,0m  | 7,10m | 7,70m | 109,34m <sup>3</sup> | PUB                     |      |
| Carvallhais<br>181604             | PA do Bouças                   | 202316,68/426838,92                                       | SPS.RS.M1.005 | 1,60m | 5,0m  | 8,0m  | 64,0m <sup>3</sup>   | PUB                     |      |
| Covas do Rio<br>181605            | PA Cimo de Covas do<br>Rio     | 206978,73/435127,4  | SPS.RS.M1.006 | 1,80m | 4,5m  | 7,5m  | 47,25m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |
| Figueiredo de Alva<br>181606      | PA Casa Florestal              | 212550,27/428496,15                                       | SPS.RS.M1.007 | 1,6m  | 4,0m  | 6,3m  | 40,32m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |
| Figueiredo de Alva<br>181606      | PA das Tesouras                | 211939,75/426633,74                                       | SPS.RS.M1.008 | 1,7m  | 4,0m  | 6,0m  | 40,80m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |
| Manhouce<br>181607                | PA Sernadinha                  | 192240,88/425565,17                                       | SPS.RS.M1.009 | 1,7m  | 4,5m  | 8,5m  | 65,0m <sup>3</sup>   | PUB                     |      |
| Manhouce<br>181607                | PA Campo Aato                  | 195830,13/427130,50                                       | SPS.RS.T1.012 | 1,10m | 5,0m  | 3,0m  | 27,5m <sup>3</sup>   | PUB                     |      |
| Manhouce<br>181607                | PA Barragem da<br>Sernadinha   | 192141,38/427507,64                                       | SPS.AB.M1.013 |       |       |       |                      | PRI                     |      |
| Manhouce<br>181607                | PA Carregal                    | 191601,78/427787,62                                       | SPS.TQ.T1.011 | 1,4m  | 7,5m  | 15,0m | 157,5m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |
| Manhouce<br>181607                | PA Vilarinho                   | 196281,65/428359,49                                       | SPS.AC.M1.014 | 3,2m  | 14,0m | 15,0m | 672,0m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |
| Manhouce<br>181607                | PA Casa Florestal<br>Alagoa    | 191033,32/429477,99                                       | SPS.RS.T1.044 | 0,8m  | 4,0m  | 4,0m  | 12,80m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |
| Manhouce<br>181607                | PA Lagoa                       | 191082,6/429674,08  | SPS.TQ.T1.015 | 1,4m  | 13,0m | 16,0m | 291,2m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |
| Pindelo dos<br>Milagres<br>181608 | PA Alagoa Serra da<br>Lapa     | 212426,01/426703,44                                       | SPS.CH.M1.038 |       |       |       |                      | PUB                     |      |
| Pindelo dos<br>Milagres<br>181608 | PA Caboucos                    | 213997,41/423214,02                                       | SPS.RS.M1.016 | 1,6m  | 4,5m  | 4,5m  | 32,4m <sup>3</sup>   | PUB                     |      |



Rede Principal de Pontos de Água

| Freguesia<br>COD_INE                 | Designação do Ponto<br>de Água  | Coordenadas Rectangulares (Lisboa<br>Hayford-Gauss IGeoE) | Classificação | A     | L     | C     | V                   | Tipo de<br>Proprietário | Foto |
|--------------------------------------|---------------------------------|---|---------------|-------|-------|-------|---------------------|-------------------------|------|
| Pindelo dos<br>Milagres<br>181608    | PA Vale d'Asna                  | 215608,33/423986,14                                       | SPS.RS.M1.017 | 1,7m  | 4,0m  | 6,0m  | 40,8m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |
| Pinho<br>181609                      | PA das Penas                    | 211613,94/423753,84                                       | SPS.RS.M1.018 | 1,7   | 4,0m  | 6,0m  | 40,8m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |
| Santa Cruz da<br>Trapa<br>181610     | PA Outeiro da Raposa            | 198548,86/425832,72                                       | SPS.RS.M1.019 | 1,1m  | 6,0m  | 8,0m  | 52,8m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |
| Santa Cruz da<br>Trapa<br>181610     | PA Cavalo Branco                | 199099,79/424843,95                                       | SPS.RS.M1.021 | 1,6m  | 4,0m  | 6,0m  | 38,4m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |
| Santa Cruz da<br>Trapa<br>181610     | PA do Dianteiro                 | 196250,82/425448,38                                       | SPS.RS.M1.022 | 1,6m  | 5,0m  | 5,0m  | 40,0m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |
| Santa Cruz da<br>Trapa<br>181610     | PA da Sobrosa                   | 197595,16/423417,16                                       | SPS.TQ.M1.023 | 1,9m  | 9,0m  | 19,0m | 324,9m <sup>3</sup> | COM                     |      |
| Santa Cruz da<br>Trapa<br>181610     | PA Rede Primária<br>Landeim     | 199550,17/425446,99                                       | SPS.RS.M1.024 | 1,55m | 4,5m  | 6,5m  | 45,3m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |
| Santa Cruz da<br>Trapa<br>181610     | PA da Chamiceira                | 197581,11/424211,15                                       | SPS.RS.M1.025 | 1,2m  | 6,6m  | 8,0m  | 57,6m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |
| São Cristóvão de<br>Lafões<br>181611 | PA Chousas                      | 195642,80/423246,67                                       | SPS.RS.T1.026 | 1,5m  | 5,0m  | 5,0m  | 37,5m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |
| São Cristóvão de<br>Lafões<br>181611 | PA de São Cristóvão             | 196813,61/421563,46                                       | SPS.AB.M1.039 |       |       |       |                     | PUB                     |      |
| São Cristóvão de<br>Lafões<br>181611 | PA Paredes                      | 197301,63/420751,25                                       | SPS.TQ.M1.027 | 1,0m  | 7,5m  | 8,0m  | 60,0m <sup>3</sup>  | COM                     |      |
| São Martinho das<br>Moitas<br>181613 | PA da Fonte dos<br>Terreiros    | 207281,56/434644,57                                       | SPS.RS.M1.028 | 1,6m  | 4,05m | 6,10m | 39,53m <sup>3</sup> | PUB                     |      |
| São Martinho das<br>Moitas<br>181613 | PA da Ameixosa                  | 205072,81/438350,53                                       | SPS.RS.T1.029 | 1,6m  | 5,0m  | 6,0m  | 48,0m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |
| São Martinho das<br>Moitas<br>181613 | PA Praia Fluvial da<br>Ameixosa | 204895,30/440487,43                                       | SPS.RLM1.030  |       |       |       |                     | PUB                     |      |
| São Pedro do Sul<br>181614           | PA Bandulha                     | 208485,04/420589,06                                       | SPS.RS.T1.031 | 1,6m  | 5,0m  | 7,0m  | 56,0m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |
| São Pedro do Sul<br>181614           | PA Rio Troço Negrelos           | 206163,64/420785,25                                       | SPS.RLM1.040  |       |       |       |                     | PUB                     |      |
| Serrazes<br>181615                   | PA Campo de Futebol             | 206169,75/420803,71                                       | SPS.RS.M1.033 | 1,5m  | 5,0m  | 8,0m  | 60,0m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |



Rede Principal de Pontos de Água

| Freguesia<br>COD_INE | Designação do Ponto<br>de Água | Coordenadas Rectangulares (Lisboa<br>Hayford-Gauss IGeoE) | Classificação | A     |      |       |                      | Tipo de<br>Proprietário | Foto |
|----------------------|--------------------------------|---|---------------|-------|------|-------|----------------------|-------------------------|------|
|                      |                                |   |               | L     | C    | V     |                      |                         |      |
| Serrazes<br>181615   | PA Ponte da Foz                | 201808,24/418382,62                                       | SPS.RLA1.041  |       |      |       |                      | PUB                     |      |
| Serrazes<br>181615   | PA Casa Florestal              | 201176,261/418798,376                                     | SPS.RS.T1.045 | 1,5m  | 7,5m | 10,5m | 118,12m <sup>3</sup> | PUB                     |      |
| Serrazes<br>181615   | PA Levada de Penso             | 201148,522/422251,972                                     | SPS.AC.T1.046 |       |      |       |                      | PUB                     |      |
| Serrazes<br>181615   | PA Fonte dos<br>Salgueirais    | 200618,099/418680,199                                     | SPS.RS.T1.047 | 1,5m  | 3m   | 5m    | 22,5m <sup>3</sup>   | PUB                     |      |
| Sul<br>181616        | PA de Aldeia                   | 207090,99/431980,03                                       | SPS.RS.M1.034 | 1,6m  | 4,9m | 7,0m  | 54,9m <sup>3</sup>   | PUB                     |      |
| Sul<br>181616        | PA Maçagoso                    | 204942,44/431231,18                                       | SPS.RS.M1.035 | 1,7m  | 3,8m | 4,8m  | 31,0m <sup>3</sup>   | PUB                     |      |
| Valadares<br>181617  | PA Valongo                     | 193220,71/424940,03                                       | SPS.RS.T1.010 | 1,7m  | 4,5m | 6,5m  | 49,70m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |
| Valadares<br>181617  | PA Boavista                    | 195138,74/422567,52                                       | SPS.RS.M1.036 | 1,85m | 5,0m | 7,0m  | 64,75m <sup>3</sup>  | PUB                     |      |
| Várzea<br>181618     | PA Barragem de Drizes          | 205636,99/419897,78                                       | SPS.AB.M1.037 |       |      |       |                      | PUB                     |      |
| Várzea<br>181618     | PA Gerós Rio<br>Vouga          | 204306,6/419598,61  | SPS.RLA1.043  |       |      |       |                      | PUB                     |      |

**Legenda:**

De acordo com as alíneas a), b) e c) do 5º, da Portaria nº 133/2007 de 26 de Janeiro:

**Pontos de Água Mistos** - os que cumprem simultaneamente todas as especificações técnicas para o abastecimento de meios aéreos e terrestres, codificada com a letra «M»

**Pontos de Água Aéreos** - os que cumprem todas as especificações técnicas para o abastecimento de meios aéreos, codificada com a letra «A»

**Pontos de Água Terrestres** - os que cumprem todas as especificações técnicas para o abastecimento de meios terrestres, codificada com a letra «T»

A-Altura L-Largura

C-Compr. V-Volume

Tipo de proprietário: definido pelo quadro n.º 2 da pág. 70 do Guia Técnico para a elaboração do PMDFCI de Abril/2012 da AFN, sendo:

PUB-Público

PR-Privado

COM-Comunitário



**Anexo 2 – Cartaz de divulgação da Semana da Floresta/2012**



comemorações do dia mundial da

# FLORESTA

19 - 23 março 2012

**seminário** caminhada **plantação** pesca **mercado tradicional** animação **exposição**  
sensibilização **produtos de qualidade** jogos **teatro** dança **micologia** integração social

A INTERMUNICIPALIDADE  
DA REGIÃO DE LAFÕES



CONCELHO DE  
VOUZELA

*Marca e Diferença!*



Município  
Oliveira de Frades

### **Anexo 3 – Cartaz da de divulgação do Dia da Floresta Autóctone**



dia 23 de novembro de 2012  
sexta-feira, das 9h às 12h  
PLANTIO, baldio de Carvalhais

comemoração do dia internacional da  
**Floresta Autóctone**

- 9h00: Concentração, *Escola Profissional de Carvalhais*  
9h30: Início do plantio, *baldio de Carvalhais*  
10h30: Reforço alimentar  
12h00: Encerramento

Informações e inscrições até 16 de novembro: CLDS de SPS

✉ [geral@cldsps.com](mailto:geral@cldsps.com) | ☎ 232 711 142

✉ Rua 25 de Abril, n.º 37, 1º direito  
3660-452 S. Pedro do Sul

Recomendações: estar equipado com roupa e calçado confortáveis e adequados aos trabalhos de plantio; se as condições atmosféricas forem adversas, a atividade será realizada no dia 30 de novembro.



## **Anexo 4 – Cartaz de divulgação de percurso pedestre**



# Percursos Pedestres

S. Pedro do Sul, um concelho da natureza

2011

3 de Abril  
Domingo

“Rota das Bétulas”  
“Florestas: Observação e Defesa”

Candal SPS

Distância 10,7 km • +/- 3 horas • Dificuldade média

9h00: Concentração, Pavilhão Desportivo SPS

9h30: Parque da Fraguinha, Candal



Inscrições: 3 euros | Até ao dia 1 de Abril, às 16:00 horas  
Acompanhamento técnico - Seguro - Reforço alimentar

Organização: Município de S. Pedro do Sul | Gabinete Técnico Florestal | CLDS - “S. Pedro do Sul, o futuro é aqui” | Bioparque  
Apoio: Retiro da Fraguinha (Pés na Terra)

Inscrições/informações: Pavilhão Desportivo Municipal | Biblioteca Municipal | [desporto@cm-spsul.pt](mailto:desporto@cm-spsul.pt) | [turismo@cm-spsul.pt](mailto:turismo@cm-spsul.pt)

## **Anexo 5 - Inquérito realizado aos Presidentes das Juntas de Freguesia**



**Inquérito aos Presidentes da Junta de Freguesia do Concelho de São Pedro do Sul no âmbito da dissertação: Gabinetes Técnicos Florestais e Gestão de Recursos da Floresta: 8 anos de atividade em São Pedro do Sul**

**No âmbito das competências do GTF, considera que as seguintes ações previstas nos protocolos de atuação têm sido realizadas?**

|  | SIM | NÃO | OBSERVAÇÕES |
|--|-----|-----|-------------|
| <b>1. Tarefas operacionais</b>   |     |     |             |
| 1.1 Criação e manutenção de rede viária  |     |     |             |
| 1.2 Criação e manutenção de pontos de água   |     |     |             |
| 1.3 Criação e manutenção de faixas de gestão de combustíveis   |     |     |             |
| 1.3 Identificação das zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios  |     |     |             |
| 1.4 Capacidade de intervenção prioritária nas áreas mais vulneráveis   |     |     |             |
| 1.5 Inventariação dos meios e recursos existentes  |     |     |             |
| 1.6 Avaliação da capacidade de recuperação do território municipal em caso de incêndio   |     |     |             |
| <b>2. Tarefas de Planeamento, gestão e controlo</b>  |     |     |             |
| 2.1 Identificação de todos os sistemas vigilância e deteção, responsabilidades, procedimentos e objetivos  |     |     |             |
| 2.2 Definição dos organismo/quadro com todas as entidades existentes no município com competências ao nível dos diferentes eixos estratégicos do PMDFCI, explicitando as suas atribuições e principais responsabilidades na execução das ações do plano; |     |     |             |
| 2.3 Centralização da informação relativa aos incêndios florestais (áreas ardidas, pontos de início e causas de incendio)   |     |     |             |
| 2.4 Planeamento das necessidades potenciais de ações de emergência   |     |     |             |
| 2.5 Estabelecimento de planos de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infraestruturas a curto e médio prazo   |     |     |             |
| 2.6 Elaboração atempada de planos de reequipamento   |     |     |             |
| <b>3. Tarefas de formação e sensibilização</b>   |     |     |             |
| 3.1 Informação às populações e entidades sobre incêndios registados e risco de incêndios   |     |     |             |

|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
| 3.2 Sensibilização das comunidades para os comportamentos de risco   |  |  |  |
| 3.3 Incentivo ao envolvimento e participação na vigilância passiva   |  |  |  |
| 3.4 Realização de sessões de sensibilização com pastores, em particular nas zonas onde o fogo é recorrente |  |  |  |
| 3.5 Desenvolvimento de programas de sensibilização e prevenção a nível local                               |  |  |  |
| 3.6 Programas dirigidos a grupos específicos da população rural  |  |  |  |
| 3.7 Programas dirigidos à população em geral   |  |  |  |
| 3.8. Programas dirigidos a públicos escolares  |  |  |  |
| 3.9 Ações de formação e treino para técnicos;  |  |  |  |
| 3.10 Programas têm em conta informação histórica e investigação relativa às causas de incêndio             |  |  |  |

São Pedro do Sul, ----- de Outubro de 2012

O Presidente da Junta de Freguesia de \_\_\_\_\_,

\_\_\_\_\_

Obrigada pela colaboração!

Mónica Almeida